



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

RESOLUCAO Nº449/2025/CONSUP/IFSULDEMINAS

29 de maio de 2025

Dispõe sobre a criação do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente, na modalidade presencial, do IFSULDEMINAS - Campus Machado - Polo Alfenas.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, Professor Cleber Avila Barbosa, nomeado pelo Decreto de 04.08.2022, publicado no DOU de 05.08.2022, seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião realizada em 28 de maio de 2025, **RESOLVE**:

Art. 1º - Aprovar criação do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente, na modalidade presencial, do IFSULDEMINAS - Campus Machado - Polo Alfenas, e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) (Anexo).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

**Cleber Avila Barbosa
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS**

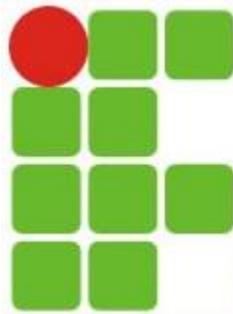
Documento assinado eletronicamente por:

■ Cleber Avila Barbosa, REITOR - CD1 - IFSULDEMINAS, em 29/05/2025 17:15:41.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/05/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 555916
Código de Autenticação: 579bc62523





INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL DE MINAS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE
POLO ALFENAS**

Machado - MG

2025

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS
GERAIS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Camilo Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Marcelo Bregagnoli

REITOR DO IFSULDEMINAS
Cleber Avila Barbosa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Clayton Silva Mendes

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Luiz Carlos Dias da Rocha

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Daniela Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Carlos Henrique Rodrigues Reinato

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Cleber Avila Barbosa

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Luiz Flávio Reis Fernandes, Aline Manke Nachtigall, Renato Aparecido de Souza, Juliano de Souza Caliari, Rafael Felipe Coelho Neves, Alexandre Fieno da Silva, João Olympio de Araújo Neto e Carlos José dos Santos.

Representante do Ministério da Educação

Silmário Batista dos Santos.

Representantes do Corpo Discente

Diego Rafael Rocha, Carolina Rodrigues Spagnol, Amanda Silva Padilha, Lucas Eduardo Caruzo da Silva, Amanda Oliveira Lemes, Fernanda Lorena Araujo Baeza, Breno Almeida Giannini Prado, Layara Gualberto Lopes.

Representantes do Corpo Docente

Rafael Vieira Âmbar, Flaviane Aparecida de Sousa, Luciano Pereira Carvalho, Carlos Alberto Machado Carvalho, Jussara Aparecida Teixeira, Nathalia Luiz de Freitas Braga, Donizeti Leandro de Souza e Aline Pereira Sales Morel.

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

João Carlos Ferreira, Lucas Viana Marinello da Silva, Evaldo Tadeu de Melo, Otávio Soares Paparidis, Márcio Messias Pires, Paula Costa Monteiro, Nelson de Lima Damião, Rodrigo Janoni Carvalho e Anne Caroline Bastos Bueno.

Representantes dos Egressos

Adriano Carlos de Oliveira, Ygor Vilas Boas Ortigara, Dara Gabrielle Garroni Andrade, Jorge Vanderlei Silva, Marcelo Junior Silva, David da Silva Beca, Débora Alvarenga dos Santos, Mellyna Cristal Souza.

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno e Jorge Florêncio Ribeiro Neto.

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Teovaldo José Aparecido e Ana Rita de Oliveira Ávila Nossack.

Representantes do Setor Público ou Estatais

Rosiel de Lima e Cícero Barbosa.

Representante Sindical

Eduardo Pereira Ramos.

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini e Marcelo Bregagnoli.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS**

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Carmo de Minas
João Olympio de Araújo Neto

Campus Inconfidentes
Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado
Aline Manke Nachtigall

Campus Muzambinho
Renato Aparecido de Souza

Campus Passos
Juliano de Souza Caliari

Campus Poços de Caldas
Rafael Felipe Coelho Neves

Campus Pouso Alegre
Alexandre Fieno da Silva

Campus Três Corações
Carlos José dos Santos

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

COORDENADOR DO CURSO

Wellington Marota Barbosa

DOCENTES

Adélia Pereira Miranda

Alexander Andrade Freire

Alexandre Tavares Ferreira

André Delly Veiga

Daiane Moreira Silva

Dayanny Carvalho Lopes Alves

Gustavo Augusto de Andrade

Ivan Franco Caixeta

Leda Gonçalves Fernandes

Leonardo Rubim Reis

Luciano Pereira Carvalho

Luis Eduardo de Sousa Raats

Luis Lessi dos Reis

Nikolas de Oliveira Amaral

Patricia de Oliveira Alvim Veiga

Renata Maculan

Renata Mara de Souza Neves

Renato Alves Coelho

Vanderson Rabelo de Paula

PEDAGOGOS

Débora Jucely de Carvalho

Ellissa Castro Caixeta de Azevedo

Erlei Clementino dos Santos

Fábio Brazier

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES

Adélia Pereira Miranda
Alexander Andrade Freire
Alexandre Tavares Ferreira
André Delly Veiga
Daiane Moreira Silva
Dayanny Carvalho Lopes Alves
Gustavo Augusto de Andrade
Ivan Franco Caixeta
Leda Gonçalves Fernandes
Leonardo Rubim Reis
Luciano Pereira Carvalho
Luis Eduardo de Sousa Raats
Luis Lessi dos Reis
Nikolas de Oliveira Amaral
Patricia de Oliveira Alvim Veiga
Renata Maculan
Renata Mara de Souza Neves
Renato Alves Coelho
Vanderson Rabelo de Paula

SUMÁRIO (será atualizado ao final das correções)

1	DADOS DA INSTITUIÇÃO	10
1.1	IFSULDEMINAS – Reitoria	10
1.2	Entidade Mantenedora	10
1.3	IFSULDEMINAS – Campus Machado	11
2	DADOS GERAIS DO CURSO	11
3	HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	12
4	CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS	15
5	APRESENTAÇÃO DO CURSO	16
6	JUSTIFICATIVA	17
7	OBJETIVOS DO CURSO	19
7.1	Objetivo Geral	19
7.2	Objetivos Específicos	19
8	FORMA(S) DE ACESSO	20
9	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	21
9.1	Caracterização	21
9.2	Competências Profissionais Gerais	22
9.3	Campo de Atuação	24
10	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	25
10.1	Atividade de ensino, pesquisa e extensão	28
10.2	Representação Gráfica do perfil de formação	29
10.3	Matriz Curricular	29
11	EMENTÁRIO	32
11.1	Ementário das Disciplinas do Semestre 1.	32
11.2	Ementário das Disciplinas do Semestre 2	40
11.3	Ementário das Disciplinas do Semestre 3	49
11.4	Ementário das Disciplinas Optativas	57
12	METODOLOGIA	58
12.1	Procedimentos pedagógicos	58
13	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	59

14 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	60
14.1 Critérios de avaliação	62
14.2 Da Frequência	63
14.3 Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação	64
14.4 Do Conselho de Classe	66
14.5 Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular	67
14.5.1 Terminalidade Específica	67
14.5.2 Flexibilização curricular	69
14.6 Formas de Recuperação da Aprendizagem	70
14.7 Exame Final	70
14.8 Dependência Orientada	71
15 APOIO AO DISCENTE	71
15.1 Política de atendimento a portadores de necessidades especiais	73
15.2 Atendimento a Pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais	73
16 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	74
17 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL	75
18 APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	75
19 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO	76
19.1 Funcionamento do Colegiado de Curso ou equivalente	76
19.2 Coordenador de Curso	76
19.3 Corpo Docente	78
19.4 Corpo Administrativo	80
20 INFRAESTRUTURA	82
20.1 Específica do curso	82
20.2 Apoio ao pleno funcionamento do curso	83
20.3 Biblioteca	84
20.4 Local de realização do curso	87
20.5 Gestão Orçamentária e Contratações	88
21 CERTIFICADOS E DIPLOMAS	85
22 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
23 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA O PROJETO	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação do Campus Machado	11
Quadro 2 - Identificação do IFSULDEMINAS	12
Quadro 3 - Perfil de formação - Técnico em Agropecuária Subsequente	28
Quadro 4 - Estrutura curricular: Técnico em Agropecuária Subsequente	30
Quadro 5 - Critérios de aprovação/reprovação	66
Quadro 6 - Corpo Administrativo	78
Quadro 7 - Infraestrutura específica do curso	81
Quadro 8 - Infraestrutura de apoio	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Campus	14
---------------------------	----

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Cléber Ávila Barbosa
Endereço do Instituto	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37.553-465
DDD/Telefone	(35)3449-6150
E-mail	reitoria@ifsuldeminas.edu.br

1.2 Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica–SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Marcelo Bregagnoli
Endereço da Entidade Mantenedora:	Esplanada dos Ministérios Bloco 1, 4º andar – Ed. Sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	setec@mec.gov.br

1.3 IFSULDEMINAS – Campus Machado

Quadro 1 - Identificação do Campus Machado

Nome do Local de Oferta	CNPJ				
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Machado	10.648.539/0003-77				
Nome do Dirigente					
Aline Manke Nachtigall					
Endereço do Instituto	Bairro				
Rodovia Machado Paraguaçu – Km 3	Santo Antônio				
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
Machado	MG	37.750-000	(35)3295-9700	(35)3295-9709	aline.manke@ifsulde nas.edu.br

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Técnico em Agropecuária

Tipos: Presencial

Modalidade: Subsequente

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Local de Funcionamento: oferecido pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS - *Campus* Machado no município de Alfenas/MG

Ano de Implantação: 2025

Habilitação: Técnico em Agropecuária

Turnos de Funcionamento: Diurno e/ou noturno

Número de Vagas Oferecidas: 35 vagas

Forma de ingresso: Processo Seletivo

Requisitos de Acesso: Ter concluído o Ensino Médio e atender, quando for o caso, os critérios de acesso por meio de políticas de inclusão.

Duração do Curso: 18 meses

Periodicidade de oferta: Anual

Estágio Supervisionado: carga horária optativa

Carga Horária Total: 1200 horas

Reconhecimento: Resolução nº 30, de 31 de março de 2010 – Dispõe sobre a aprovação de novas matrizes curriculares, novas denominações e novos cursos técnicos.

3 HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criado em 29 de dezembro de 2008, como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujo objetivo era impulsionar o ensino profissionalizante no país. Esta Rede possui 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

Quadro 2 - Identificação do IFSULDEMINAS

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação	Código SIORG: 244			
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais				
Denominação Abreviada: IFSULDEMINAS				
Código SIORG: 100915	Código LOA: 26412	Código SIAFI: 158137		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 10.648.539/0001-05			
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico	Código CNAE: 85.41-4-00			
Telefones/Fax de contato: (35) 3449-6150	(35)3449-6172 (35) 3449-6193			
Endereço Eletrônico: reitoria@ifsuldeminas.edu.br				
Página na Internet: http://portal.ifsuldeminas.edu.br				

Endereço Postal: Avenida Vicente Simões, nº 1111, Bairro Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre (MG), CEP: 37553-465

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria de funcionamento dos *campi* Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre - Portaria nº 330. de 23 de abril de 2013.

Portaria de funcionamento dos *campi* Avançado Carmo de Minas e Três Corações - Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014.

Manuais e publicações relacionados às atividades da Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
158137	Reitoria
158303	Campus Muzambinho
158304	Campus Machado
158305	Campus Inconfidentes
154809	Campus Poços de Caldas
154810	Campus Passos
154811	Campus Pouso Alegre

Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
26412	Reitoria
26412	Campus Muzambinho
26412	Campus Machado
26412	Campus Inconfidentes
26412	Campus Poços de Caldas
26412	Campus Passos
26412	Campus Pouso Alegre

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

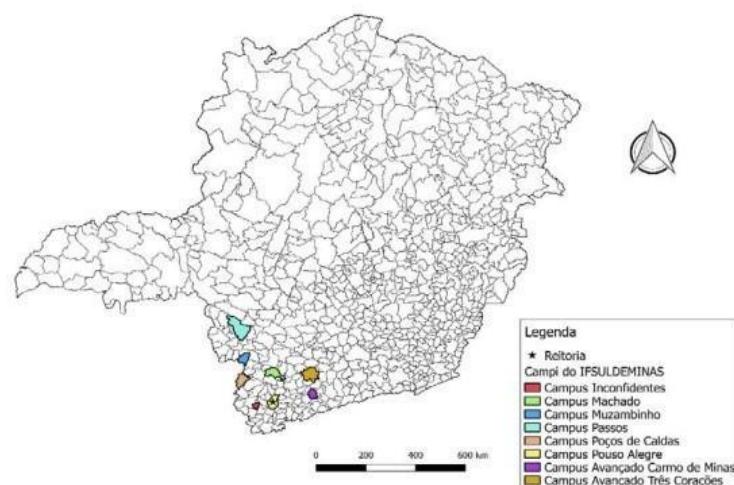
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158137 – Reitoria	26412
158303 - Campus Muzambinho	26412
158304 - Campus Machado	26412
158305 - Campus Inconfidentes	26412

154809 - Campus Poços de Caldas	26412
154810 - Campus Passos	26412
154811 - Campus Pouso Alegre	26412

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – IFSULDEMINAS 2024-2028

Compreende “educação profissional verticalizada”, a qual promove a fluidez de conhecimentos, técnicas e habilidades entre os níveis de ensino. A verticalização evita compartimentar conhecimento, pois os alunos do Ensino Médio recebem orientações de mestres ou doutores em projetos de iniciação científica. Com forte atuação na região Sul de Minas Gerais (Figura 01), tem como principal finalidade a oferta de ensino gratuito e de qualidade nos segmentos técnico, profissional e superior.

Figura 1 - Mapa de localização dos municípios-sede de Campi do IFSULDEMINAS



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (2018)

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional PDI – IFSULDEMINAS 2024-2028

Assim como os demais Institutos Federais, o IFSULDEMINAS tem formação multicampi. Originou-se da união das três tradicionais e reconhecidas escolas agrotécnicas de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Atualmente, também possui campi em Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Carmo de Minas e Três Corações, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região.

A missão do Instituto é promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.

4 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS

O Campus Machado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), situa-se no município de Machado, região Sul do Estado de Minas Gerais. A Escola foi fundada em 03 de julho de 1957. Segundo a história, os primeiros passos para sua criação ocorreram no primeiro Governo de Getúlio Vargas, sendo a efetiva construção iniciada durante o Governo Dutra, em 1949, tendo como base o decreto nº 9613 de 20 de agosto de 1946, chamado lei orgânica do ensino agrícola, que estabeleceu a doação das terras onde hoje se localiza o Campus. A criação da Escola de Iniciação Agrícola de Machado, no final da década de 1950, fez parte de uma política mais ampla de valorização do trabalhador e educação rural.

Os projetos educacionais eram guiados pelo desejo de modernização do campo. Ao longo dos anos a Escola de Iniciação Agrícola de Machado teve alterações em sua estrutura e, por consequência, do seu nome, assim passou a ser denominada de Ginásio Agrícola de Machado (1964), Colégio Agrícola de Machado (1978) e Escola Agrotécnica Federal de Machado (1979), até que, em 2008, tornou-se Campus do IFSULDEMINAS. O Campus possui área total de 160 ha 96a 68ca, sendo área construída coberta de 35.872,22m², contando, atualmente, com 48 salas de aula, 38 laboratórios, biblioteca, ginásio poliesportivo, quadras esportivas, campo de futebol, alojamento para 330 alunos, auditório com capacidade para 400 pessoas, e mais dois espaços com capacidade para 130 e 110 pessoas, os quais são utilizados para eventos diversos (palestras, cursos, reuniões, etc.). Além disso, possui também doze unidades educativas de produção – UEP, as quais proporcionam melhor aproveitamento do ensino aprendizagem, possibilitando a realização de aulas teórico-práticas.

Além das salas de aula, o Campus dispõe de área para plantio, setores produtivos e setores zootécnicos bem estruturados, permitindo aos alunos ampla visão das atividades profissionais e da cadeia produtiva, além da aplicação do conteúdo teórico no campo. O Campus conta, ainda, com infraestrutura que atende à comunidade acadêmica como frota de automóveis, tratores e implementos agrícolas, fábrica de ração, sistemas de irrigação, topografia, processamento de alimentos de origem vegetal e animal e viveiro de produção de mudas.

No Campus Machado, através da Coordenação de Pesquisa, são oportunizados aos alunos, participação em Programas Institucionais de Iniciação Científica por editais específicos. Também, é possível participação em grupos assistidos de pesquisa e extensão (GAPES), permitindo atuação em atividades práticas distintas do cotidiano da sala de aula, que fomentam o estudo, debates de temas específicos e ajudam na integração entre os alunos.

A economia do sul do Estado de Minas Gerais, região onde se situa o Campus Machado, está baseada na produção agropecuária, tendo o café como base produtiva e maior gerador de emprego e renda. Outras atividades agropecuárias também se fazem presentes, como a produção leiteira, avícola, etc. Neste sentido, o Campus Machado tem atuado na formação profissional em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região, de forma a proporcionar a integração com o desenvolvimento local e regional.

4.1 Caracterização de Alfenas: Cidade Sede do Curso Técnico em Agropecuária

Alfenas é um município situado na região sul do estado de Minas Gerais, Brasil, com uma população de 78.970 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022. A área territorial do município é de aproximadamente 850,446 km², resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 92,86 habitantes por km². A cidade está localizada a uma altitude de 888 metros e é servida pelas rodovias MG-179, BR-491 e BR-369, estando a 335 km da capital estadual, Belo Horizonte, e a 300 km de São Paulo. Conhecida como "a porta de entrada para o mar de Minas", em referência ao Lago de Furnas nas proximidades, Alfenas destaca-se por sua relevância nos setores de saúde, agropecuária e educação superior.

O município possui uma infraestrutura de saúde bem desenvolvida, contando com hospitais e clínicas, atendendo às necessidades da população local e regional.

A economia de Alfenas é fortemente baseada na agropecuária, com destaque para a produção de café. Além do café, outros cultivos significativos estão presentes, como milho, batata, feijão, tomate e diversas hortaliças. A fruticultura também é relevante, com a produção de bananas e frutas cítricas.

Alfenas possui diversas empresas, que contribuem para a geração de empregos e impulsionam a economia local. Dentre essas, destacam-se aquelas voltadas para o setor de tecnologia, que têm se expandido nos últimos anos. Essas empresas criam novas oportunidades para profissionais da área de tecnologia da informação e Agricultura 4.0, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, além de criar um ambiente favorável para a capacitação de novos talentos. A implantação do Curso Técnico Agropecuária Subsequente no polo de Alfenas está alinhada a esse cenário, potencializando a formação de profissionais qualificados para atender às demandas do setor agrícola regional.

Alfenas é também um centro educacional, abrigando duas instituições de ensino superior de renome:

- Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL): fundada em 1914 como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, tornou-se universidade federal em 2005. A UNIFAL oferece diversos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de ciências biológicas, exatas, humanas e da saúde, contribuindo significativamente para a formação de profissionais qualificados na região.
- Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS): instituição privada que oferece uma variedade de cursos de graduação e pós-graduação, incluindo medicina, odontologia, agronomia e medicina veterinária. A UNIFENAS é reconhecida pela qualidade de ensino e pela infraestrutura oferecida aos estudantes.

A presença dessas instituições reforça o compromisso de Alfenas com a educação e o desenvolvimento regional, tornando-a um polo atrativo para estudantes e profissionais de diversas áreas. A implantação do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente em Alfenas alinha-se com o perfil educacional e econômico da cidade, potencializando a formação de profissionais capacitados para atender às demandas locais e regionais.

5 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso Técnico em Agropecuária modalidade Subsequente ofertado pelo IFSULDEMINAS - Campus Machado está estruturado de forma a contemplar as competências gerais do Eixo tecnológico Recursos naturais, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (2020).

A base de conhecimentos científicos e tecnológicos do curso é composta por educação diversificada e educação profissional, perfazendo uma carga horária total de 1.320 horas, com duração de 18 meses, no período noturno, voltado para a formação de profissionais que atuam nas atividades agrícolas e zootécnicas.

O curso tem como objetivo formar técnicos em agropecuária capazes de fazer frente às necessidades do mundo do trabalho, em constante evolução tecnológica. O técnico subsequente em Agropecuária poderá desenvolver ações relacionadas à análise das características econômicas, sociais e ambientais, planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases dos projetos agropecuários.

O profissional pode exercer funções em empresas rurais, em empresas de assistência técnica, na produção e classificação de sementes e mudas, empresas de reflorestamento, hortos florestais, parques, estações e reservas florestais; na pesquisa agropecuária; nas instituições de ensino de técnicas e de práticas agrícolas, serviços de fiscalização de produtos animais e vegetais bem como seus derivados; em instituições de crédito rural, carteiras agrícolas de banco; em empresas de beneficiamento e de armazenamento de produtos agropecuários; escritórios de topografia, avaliação e perícias, empresas de aviação agrícola; em empresas com atividades agroindustriais, de jardinagem e urbanismo; em empresas de produção, comércio e uso de fertilizantes, agrotóxicos, produtos para pecuária, implementos, equipamentos e máquinas de uso agropecuário, em cooperativas de produção e serviços agropecuários; em sindicatos rurais e dos trabalhadores rurais; escolas públicas e privadas, ministérios e secretarias municipais e estaduais da agricultura, entre outras empresas de pesquisa e extensão ligadas a área; em agroindústria frutífera, de conservas e de produtos agrícolas, de laticínios, de produtos avícolas e indústria florestal e indústrias de couro.

Um dos grandes diferenciais do curso é que o IFSULDEMINAS campus Machado conta com empresas parceiras que oferecem estágios e também está cadastrado no programa Jovem Aprendiz do Ministério do Trabalho. Os egressos do curso terão a oportunidade de participar deste programa, melhorando o desenvolvimento e crescimento profissional, dentro de uma área de atuação específica do ramo da agropecuária, melhorando assim, as oportunidades e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Os discentes que optarem por participar do programa poderão contabilizar as horas de trabalho como carga horária de estágio.

6 JUSTIFICATIVA

Com a finalidade de atender às exigências da sociedade moderna, que busca profissionais com sólida formação tecnológica, a Instituição oferece o Curso Técnico em Agropecuária, na modalidade Subsequente.

Complementando, justifica-se a oferta do Curso Técnico em Agropecuária nesta modalidade, face aos estudos realizados pelas entidades ligadas ao desenvolvimento regional e o levantamento das necessidades junto a produtores da região, cooperativas, empresas e órgãos ligados à agricultura e à pecuária. Assim, é primordial proporcionar formação profissional que conte com diversos saberes e habilidades para apoiar o desenvolvimento nas áreas de:

- Pecuária - Criação de Pequenos Animais (Apicultura e Aquicultura), Avicultura, Caprinocultura, Ovinocultura, Suinocultura, Bovinocultura de Corte, Bovinocultura de Leite e Equinocultura.
- Agricultura - Olericultura, Floricultura e Paisagismo, Culturas Anuais (soja, milho e feijão), Culturas Semi Perenes (cana-de-açúcar, mandioca e algodão), Cafeicultura, Fruticultura, Agroecologia e Manejo e Conservação do Solo.
- Tecnologias para produção – Topografia, Mecanização Agrícola, Irrigação e Drenagem.
- Tecnologia de Alimentos – Processamento de produtos de origem animal e vegetal, bem como fabricação de rações.
- Administração Rural – Gestão e Vendas e Empreendedorismo.
- Habilidades na área da Informática.

Consideram-se, ainda, as seguintes vantagens:

- Disponibilidade de infraestrutura física e humana para o desenvolvimento dos currículos;
- Garantia de clientela Instituição, considerando a crescente demanda de alunos para os cursos Técnicos Subsequentes;
- Garantia de colocação dos egressos do curso no mercado de trabalho da região;
- Necessidade crescente, no mercado de trabalho, de profissionais qualificados nas áreas respectivas;

Constituição da organização curricular efetivada por meio da interdisciplinaridade que integram conhecimentos gerais e específicos correspondentes à formação básica e profissional, o que ressignifica o processo de ensino aprendizagem, desenvolvendo assim uma Educação Profissional contextualizada. A matriz curricular foi elaborada de forma a existir conexão de aprendizagem cronológica e que entre as disciplinas exista a integração de conteúdos diferentes em torno de um mesmo tema.

Diante deste contexto, o curso de Técnico em Agropecuária Subsequente do Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Machado Polo Alfenas propõe-se ser agente de difusão em programas que propiciem renda e oportunidade no campo, para melhorar as condições de produção, favorecer as economias de escala e agregar valor aos produtos; ser difusor de conhecimento e tecnologia para agricultores de subsistência ou que se encontram em transição

para a agricultura comercial e ser disseminador de alternativas de diversificação produtiva para um novo ciclo de desenvolvimento regional. Caberá à Instituição, portanto, utilizar meios de difusão, privilegiando a criação de cooperativas e associações, instrumentalizando-se para tornar-se um centro de referência na região. A Instituição tem buscado, ao lado de outros órgãos parceiros, dar suporte técnico aos produtores nas questões ambientais, para manter um desenvolvimento sustentável, um equilíbrio dos ecossistemas agro-rurais, mantendo a biodiversidade animal e vegetal na região.

Cursos técnicos profissionais na área Agropecuária com maior mobilidade oferece percursos formativos diversificados para obtenção de habilitação específica com melhor atendimento a nova dinâmica do mundo do trabalho, pois módulos específicos se agregarão as demandas existentes para fins de qualificação, atualização, requalificação e profissionalização de trabalho, independentes da escolaridade prévia.

As diversas transformações que as práticas agropecuárias, historicamente, vêm passando, colocam os agentes de formação profissional em Agropecuária diante de significativa responsabilidade social, considerando a sintonia do que expressam os Referenciais Curriculares: “o elo deste processo é o trabalhador rural, porque dele depende o sucesso dos produtores de insumos e das agroindústrias”, ao que ainda esclarece como dimensão desta responsabilidade: “O mundo do trabalho vive um processo de constantes inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais. Novas interfaces podem surgir e algumas já estabelecidas podem se tornar obsoletas, o que bem caracteriza o modelo de processo”. Daí pode-se concluir, reiterando o raciocínio já expresso, que a abertura de um leque de interações entre o campo de atuação das diversas áreas do conhecimento e os outros setores o que não pode ser ignorada, principalmente, na formação do Técnico na área Agropecuária.

7 OBJETIVOS DO CURSO

7.1 Objetivo Geral

- Formar técnicos em agropecuária capazes de fazer frente às necessidades do mundo do trabalho, em constante evolução tecnológica.

7.2 Objetivos Específicos

- Oportunizar condições de profissionalização aos alunos que já concluíram o ensino médio;
- Oportunizar a formação inicial e/ou continuada de profissionais, a fim de acompanhar as tendências tecnológicas do mundo do trabalho;
- Maximizar a utilização da infraestrutura da Instituição, ampliando o número de habilitações existentes;
- Proporcionar a habilitação profissional em curto prazo, observando-se as exigências e expectativas da comunidade regional;
- Colocar à disposição da sociedade um profissional apto ao exercício de suas funções e consciente de suas responsabilidades.
- Construir com o educando o raciocínio lógico, desenvolver o senso crítico, o respeito ao próximo e à vida em sociedade.
- Provocar o educando para que manifeste suas dúvidas, dê ideias, critique, buscando com isso o seu crescimento e maturidade.
- Promover o estudo e a discussão de temas e tendências atuais, bem como a troca de conhecimentos a fim de satisfazer as necessidades do mercado de trabalho.
- Despertar a independência do educando para que possa aprender e buscar alternativas para os seus problemas.
- Despertar e valorizar o espírito empreendedor dos educandos, estimulando-os a sonhar, discutir e realizar seus trabalhos.
- Habilitar o educando a resolver problemas da sociedade trazendo benefícios para melhorar a qualidade de vida do homem.
- Ampliar a área de atuação da instituição por meio de parcerias com cidades circunvizinhas.

8 FORMA(S) DE ACESSO

O processo seletivo é aberto ao público para o primeiro período do curso. Aos candidatos ao Curso Técnico em Agropecuária - modalidade subsequente, deverão se submeter a um processo seletivo (vestibular) de caráter classificatório, em período determinado e divulgado pela instituição, por meio da COPESE – Coordenadoria de Processo Seletivo.

Aos aprovados no processo seletivo, no ato da matrícula, será exigida a comprovação de conclusão do ensino médio. Os documentos e procedimentos necessários para realizar a matrícula serão definidos pelo Setor de Secretaria e Registro Acadêmico ou órgão equivalente do Campus, sendo efetuada pelo próprio estudante por meio de plataforma específica e prazos estabelecidos, ficando resguardado ao aluno o direito de realizar matrícula no Polo de Apoio, caso seja necessário, sem necessidade de deslocamento.

A matrícula ou rematrícula é o ato pelo qual o discente vincula-se ao IFSULDEMINAS e, conforme Resolução nº 047, de 13 de novembro de 2012, o período destes processos será definido em Calendário Escolar. Os discentes deverão ser comunicados sobre normas e procedimentos com antecedência mínima de 30 dias do prazo final da matrícula, devendo o Campus promover ampla divulgação.

A matrícula deverá ser feita pelo discente ou seu representante legal, se menor de 18 anos, e deverá ser renovada a cada período por meio da plataforma SUAP do IFSULDEMINAS (Sistema Único de Administração Pública). No ato da rematrícula, o discente não poderá estar em débito com a biblioteca ou qualquer outro material/documento da, ou para a instituição.

Atendidas as condições de matrícula e renovação de matrícula, fica assegurado ao estudante o direito de ingresso e permanência no curso, desde que realizado no tempo estabelecido e com os documentos exigidos. A não realização da renovação da matrícula ao final de cada módulo cursado, não assegurará ao estudante o direito de ingresso ao módulo seguinte. É proibida a frequência às aulas de pessoas não matriculadas na Instituição.

Referente ao ingresso, a matrícula deverá ser feita pela plataforma Gov.Br, e rematrícula pelo site acadêmico SUAP. Quanto aos demais processos, todas as normas e informações estão descritas na Resolução nº 073, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes Presenciais da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.

9 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

9.1 Caracterização

O profissional - Técnico em Agropecuária deverá desenvolver ações relacionadas à análise das características econômicas, sociais e ambientais, planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases dos projetos agropecuários.

Administrar propriedades rurais. Elaborar, aplicar e monitorar programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscalizar produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realizar medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais. Atuar em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa. Em relação às competências técnicas relacionadas ao gerenciamento, deve ser capaz de projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimento, elaborar laudos, perícias, pareceres; participar de relatórios de impacto ambiental e de incorporação de novas tecnologias. Na propriedade ou nas empresas agropecuárias, o técnico deve ter uma visão geral da propriedade e, por essa razão, tem a competência para gerir projetos que envolvam pela produção vegetal e animal, bem como atuar em projetos relacionados à tecnologia (processamento) de alimentos.

9.2 Competências Profissionais Gerais

O concluinte do curso Técnico em Agropecuária deverá apresentar perfil profissional que o permita:

- Planejar, organizar, dirigir e controlar a produção agropecuária de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais.
- Elaborar, projetar e executar projetos de produção agropecuária, aplicando as Boas Práticas de Produção Agropecuária (BPA).
- Prestar assistência técnica e assessoria ao estudo e ao desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas e também aos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria.
- Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.

- Prestar assistência técnica às áreas de crédito rural e agroindustrial, de topografia na área rural, de impacto ambiental, de construção de benfeitorias rurais, de drenagem e irrigação.
- Planejar, organizar e monitorar atividades de exploração e manejo do solo, de matas e de florestas de acordo com suas características, alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais.
- Realizar a produção de mudas e sementes, em propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação.
- Planejar, organizar e monitorar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos.
- Planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais.
- Orientar projetos de recomposição florestal em propriedades rurais.
- Aplicar métodos e programas de melhoramento genético.
- Prestar assistência técnica na aplicação, na comercialização, no manejo de produtos especializados e insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, pastagens, concentrados, sal mineral, medicamentos e vacinas).
- Interpretar a análise de solos e aplicar fertilizantes e corretivos nos tratos culturais.
- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas.
- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.
- Supervisionar o armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários.
- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial.
- Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial.
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária.
- Manejar animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade).

- Aplicar técnicas de bem-estar animal na produção agropecuária.
- Treinar e conduzir equipes nas suas modalidades de atuação profissional.
- Aplicar as legislações pertinentes ao processo produtivo e ao meio ambiente.
- Aplicar práticas sustentáveis no manejo de conservação do solo e da água.
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos agropecuários e animais.
- Executar a gestão econômica e financeira da produção agropecuária.
- Administrar e gerenciar propriedades rurais.
- Realizar procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais.
- Operar, manejear e regular máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.
- Operar veículos aéreos remotamente pilotados e equipamentos de precisão para monitoramento remoto da produção agropecuária.

9.3 Campo de Atuação

O Técnico em Agropecuária pode exercer múltiplas funções dentro das organizações, como profissional liberal autônomo ou empregado, tanto em organizações públicas, como privadas. Assim, podem exercer suas funções como técnicos, em:

- empresas rurais, na administração, produção, exploração, comercialização e prestação de serviços;
- empresas de assistência técnica, fomento e extensão rural;
- planejamento, assessoria e gerenciamento agropecuário;
- produção e classificação de sementes e mudas, empresas de reflorestamento, hortos florestais, parques, estações e reservas florestais;
- pesquisa agropecuária;
- instituições de ensino de técnicas e de práticas agrícolas, serviços de fiscalização de produtos animais e vegetais bem como seus derivados;
- instituições de crédito rural, carteiras agrícolas de banco;

- empresas de beneficiamento e de armazenamento de produtos agropecuários; escritórios de topografia, avaliação e perícias, empresas de aviação agrícola;
- empresas com atividades agroindustriais, de jardinagem e urbanismo;
- empresas de produção, comércio e uso de fertilizantes, agrotóxicos, produtos para pecuária, implementos, equipamentos e máquinas de uso agropecuário,
- cooperativas de produção e serviços agropecuários;
- sindicatos rurais e dos trabalhadores rurais;
- escolas públicas e privadas, ministérios e secretarias municipais e estaduais da agricultura, entre outras empresas de pesquisa e extensão ligadas a área;
- agroindústria frutífera, de conservas e de produtos agrícolas, de laticínios, de produtos avícolas e indústria florestal e indústrias de couro.

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Agropecuária do Campus Machado do IFSULDEMINAS Polo Alfenas, observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, nos Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004 e 8.268, de 18 de junho de 2014 e no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (2020), além das resoluções internas do IFSULDEMINAS.

Este curso está organizado em regime semestral, com a carga horária dos componentes curriculares distribuída em três semestres de 100 (cem) dias letivos cada. As aulas serão ministradas no período noturno e terão a duração de 45 minutos cada, sendo a Carga Horária de 1200 horas, sendo o Estágio Supervisionado computado de forma optativa ao aluno.

Em conformidade com a Resolução CNE/CP n.º 01, de 05 de janeiro de 2021 e a Resolução CONSUP nº 157, de 02 de fevereiro de 2022, o curso terá até 20% (vinte por cento) da carga horária total ministrada à distância. As atividades estarão previstas nos planos de ensino de cada componente curricular e serão analisadas em colegiado. Será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) denominado Moodle. O registro, acompanhamento e avaliação das atividades EaD serão feitos pelos docentes dos referidos componentes. No item 10.3 (Matriz

curricular) constam as disciplinas nas quais serão realizadas as atividades de ensino à distância – EaD, com suas respectivas cargas horárias.

Em atendimento à Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003; Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008; Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, no decurso da formação do Técnico em Agropecuária, o Campus Machado procurará realizar junto com docentes e colegiado de curso, de forma complementar aos conteúdos formais, eventos científicos, palestras, discussões, atividades pedagógicas interdisciplinares a fim de estabelecer uma articulação entre os conteúdos das disciplinas do Ensino Técnico e de suas contextualizações. Também serão realizadas visitas técnicas a fim de estimular o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo sobre assuntos relacionados à agropecuária, diversidade, formação social brasileira e dilemas do avanço tecnológico. Outros temas e oportunidades serão analisados pela coordenação do curso, equipe pedagógica e docentes.

Atividades de ensino referem-se à práticas que ajudam no desenvolvimento e apropriação do conhecimento pelo aluno, com construção do saber. As principais atividades previstas na prática profissional durante o processo de ensino e aprendizagem serão:

- Aula prática: Envolve atividades práticas em espaços alternativos (laboratórios), conforme programado pelo professor com o objetivo de relacionar a teoria com a prática. A articulação entre teoria e prática será garantida ao longo de todo o processo formativo e, a depender da especificidade da disciplina, ocorrerão atividades práticas presenciais, preferencialmente aos sábados, no período diurno. A carga horária da disciplina destinada às aulas práticas deverão constar no plano de ensino de cada disciplina. O transporte dos alunos para realização das aulas práticas ficará a cargo da Prefeitura Municipal de Alfenas.
- Visita técnica: visita orientada de alunos e professor a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso aplicado. A visita técnica proporciona vivência prévia das condições de ambiente de trabalho e pode ser considerada como aula se estiver prevista no plano de ensino.
- Programas de monitoria das disciplinas de formação específica, que desempenham importante papel na inserção do aluno nas atividades pertinentes ao curso. As atividades de monitoria são regulamentadas pela Resolução CONSUP nº 12, de 29 de abril de 2013. A atividade de pesquisa científica é a atividade complementar orientada pelo professor, a partir de projeto de pesquisa, vinculada ou não aos programas de fomento.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394, de

20 de dezembro de 1996), art. 59, os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades educacionais especiais currículos e metodologias específicas para atender suas necessidades. Para isto, o Campus Machado conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), instituído pela Resolução nº 68, de 15 de dezembro de 2020 do CONSUP. O NAPNE é o órgão responsável por assessorar e acompanhar as ações no âmbito da Educação Inclusiva através da implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão do processo educacional conforme as especificidades dos educandos, propiciando o envolvimento da família e zelando para que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva seja contemplada na elaboração dos documentos institucionais bem como no desenvolvimento das atividades. Possíveis adaptações curriculares serão analisadas pela coordenação do curso, equipe pedagógica, corpo docente e NAPNE, sempre com base na legislação específica.

Referindo à flexibilização curricular, as adaptações curriculares devem acorrer no nível do projeto pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio.

Os temas abaixo serão contemplados no conteúdo programático das disciplinas:

- Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE nº 01, de 17 de junho de 2004). Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003; Lei 11.645, de 10 de março de 2008 também referendam essa parte. Tais conteúdos serão voltados à valorização dos fundamentos da cidadania, da democracia e dos direitos humanos, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade nacional. Esse conteúdo será contemplado na disciplina Empreendedorismo.
- Educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002). Em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002; Resolução CP/CNE nº 02, de 15 de junho de 2012, os cursos devem prever em seus projetos, trabalho com Educação Ambiental. Assim, neste curso será abordado como conteúdo transversal nas disciplinas das áreas técnicas.
- Direitos Humanos (Resolução nº 08, de 21 de dezembro de 2012). Em atendimento à Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012, os cursos devem atender às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Neste curso, será contemplado como conteúdo curricular na disciplina Gestão e Vendas.

Atendendo ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, § 2º, LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos cursos de educação superior e na educação profissional,

a partir de um ano da publicação do decreto. Esta será ofertada no 3º semestre do curso, como disciplina optativa com carga horária de 15 horas. A opção deverá acontecer no momento da matrícula ou rematrícula.

Os componentes curriculares para consolidação da formação global dos estudantes, perfazem o total de 1200 horas sem LIBRAS e 1215 horas com LIBRAS.

O currículo foi organizado atendendo aos passos previstos no Art. 22 da Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012 no que se refere ao planejamento, bem como nas diretrizes definidas no Projeto Pedagógico do IFSULDEMINAS – Campus Machado. A representação do perfil de formação do curso é apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 – Perfil de formação - Técnico em Agropecuária Subsequente Polo Alfenas.

Tipo de Formação	Componentes Curriculares	Carga Horária
Ensino Técnico	Disciplinas do núcleo profissional	1200
	Total	1200
Disciplina Optativa – LIBRAS		15

Componentes do Curso - Núcleo Profissional:

- Apicultura, Aquicultura, Avicultura, Floricultura e Paisagismo, Segurança no Trabalho, Solos, Topografia.
- Caprinocultura/Ovinocultura, Suinocultura, Agroecologia, Culturas Anuais, Culturas Semi-Perenes, Gestão e Vendas, Informática, Mecanização I, Processamento de alimentos.
- Bovinocultura, Equinocultura, Cafeicultura, Fruticultura, Empreendedorismo, Irrigação/Drenagem, Mecanização II, Receituário Agronômico,.

Disciplina Optativa:

- LIBRAS

10.1 Atividade de ensino, pesquisa e extensão

O curso de Técnico em Agropecuária atende à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional (LDB), sobretudo no Art. 36 e a Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012.

No que tange às atividades de ensino, destaca-se a multiplicidade de ações didáticas. Assim, além da sala de aula, visitas técnicas, atividades em laboratórios, monitoria, atividades culturais e recreativas, a título de exemplo, serão possibilidades didáticas com a finalidade de possibilitar ao educando o desenvolvimento intelectual e a aplicação destes no mundo.

10.2 Representação Gráfica do perfil de formação



Paralelo ao curso, os educandos serão oportunizados a conhecer demandas e intervir em suas comunidades por atividades de extensão e visitas técnicas realizando, assim, a Extensão.

O Campus Machado executa projetos de pesquisa que estão vinculados aos Projetos Institucionais do Instituto. Os alunos, segundo a área de interesse, poderão se candidatar à bolsas de pesquisa conforme editais de seleção de projetos institucionais. E também, participar de grupos de estudos e pesquisas oferecidos pelos docentes do Campus.

10.3 Matriz Curricular

A matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária está estruturada de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e com a Resolução CNE/CP n.º 01, de 05 de janeiro de 2021. Os Componentes Curriculares são apresentados no Quadro 4.

Quadro 4. Estrutura Curricular – Técnico em Agropecuária Subsequente Polo Alfenas

Semestres	Componentes curriculares	CH EaD (horas)	CH Presencial (horas)	CH Total (horas)
1º	Apicultura	0	45	45
	Aquicultura	15	30	45
	Avicultura	0	75	75
	Floricultura e Paisagismo	0	30	30
	Olericultura	15	45	60
	Segurança no Trabalho	0	30	30
	Solos	15	45	60
	Topografia	15	30	45
Subtotal		60	330	390
2º	Caprinocultura/Ovinocultura	15	30	45
	Suinocultura	15	60	75
	Agroecologia	0	30	30
	Culturas Anuais	15	45	60
	Culturas Semi Perenes	15	45	60
	Gestão e Vendas	15	15	30
	Informática	0	30	30
	Mecanização I	0	30	30
	Processamento de Alimentos	15	45	60

Subtotal		90	330	420
3º	Bovinocultura	15	60	75
	Equinocultura	0	45	45
	Cafeicultura	15	30	45
	Fruticultura	15	45	60
	Empreendedorismo	15	15	30
	Irrigação/Drenagem	15	45	60
	Mecanização II	15	30	45
	Receituário Agronômico	0	30	30
Subtotal		90	300	390
Carga Horária Total				1200
Estágio Supervisionado				Optativo
Carga Horária Total do Curso				1200
*Disciplina Optativa - LIBRAS				15

*A disciplina LIBRAS será oferecida como disciplina optativa no 3º Semestre. O total de 15 horas será acrescentado à carga horária cumprida pelo estudante. Para esta disciplina, toda a carga horária será presencial.

11 EMENTÁRIO

11.1 Ementário das Disciplinas do Semestre 1

Nome da disciplina: APICULTURA		
Carga Horária: 45 h	Aulas semanais: 3	Semestre: 1
Ementa: Realidade e perspectivas da Apicultura no Brasil. Anatomia e fisiologia da abelha. Principais raças de abelhas e cruzamentos. Instalação e dimensionamento de Apiários. Principais equipamentos e utensílios. A colmeia racional. Produtos apícolas (formação, composição e processamento). Manejo apícola. Principais doenças em abelhas. Instalação e dimensionamento de Apiários. Principais equipamentos e utensílios. A colmeia racional. Produtos apícolas (formação, composição e processamento). Manejo apícola. Principais doenças em abelhas.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none">- CAMARGO, R. C. R. Produção de Mel. EMBRAPA, 2002, 138 p.- COUTO, R. H. N.; COUTO, Leomam Almeida. Apicultura: Manejo e Produtos. 3 ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193.- OLIVEIRA, J. S.; COSTA, P. S. C. Manual Prático de Criação de Abelhas. Viçosa: UFV, 2005, 424 p.		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none">- INSTITUTO CAMPINEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA. APICULTURA. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1982. 183 p.- BOAVENTURA, M. C.; SANTOS, G. T. Produção de Abelha Rainha pelo Método da Enxertia. Editora LK, 2006, 140 p.- HELMUTH, W. Novo Manual de Apicultura. Guaíba: Editora Agropecuária. 1995. 291p.- VILLAS BÔAS, J. Manual Tecnológico: mel de abelhas sem ferrão. Brasília: ISP. 2012. 95p.- WIESE, H. Apicultura. Agrolivros, 2005, 378p.		

Nome da disciplina: AQUICULTURA		
Carga Horária: 45 h	Aulas semanais: 3	Semestre: 1
<p>Ementa: Importância da aquicultura na pecuária nacional. Panorama da aquicultura. Sistemas de criação de peixes. Limnologia. Construções, instalações e equipamentos. Espécies que podem ser utilizadas, manejo e índices zootécnicos, anatomia e fisiologia, nutrição, sanidade, legislação, sustentabilidade e reprodução. Produção de outros seres aquáticos: carcinicultura, ranicultura, produção de algas, produção de peixes ornamentais, entre outros.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BALDISSEROTTO, B. Fisiologia de peixes aplicada à piscicultura. Santa Maria: Editora UFSM, 2002. 211 p. - BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Piscicultura. Fortaleza: CENTEC, 2004. 147 p - MENEZES, J. R. R. de (colab.). Manual de criação de peixes. Campinas: Fundação Cargill, 1982. 110 p. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - AYROZA, L. M. S. (Org.) SÃO PAULO (ESTADO) Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Piscicultura. Campinas, SP: CATI, 2011. xvi, 245 p. (Manual técnico CATI; n. 79). - DIAS, M. T. Manejo e sanidade de peixes em cultivo. Macapá: Embrapa Amapá, 2009. 723 p. - LOGATO, P. V. R. Nutrição e alimentação de peixes de água doce. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999 136 p. - MILLS, D. Peixes de aquário. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. 304 p. - OSTRENSKY, A., BORGHETTI, J. R., SOTO, D. Aquicultura no Brasil: o desafio é crescer. Brasília, 2008. 276 p. 		

Nome da disciplina: AVICULTURA		
Carga Horária: 75 h	Aulas semanais: 5	Semestre: 1
<p>Ementa: Avicultura de corte e postura: A cadeia avícola brasileira. Principais linhagens. Sistemas de criação. Instalações e dimensionamento. Equipamentos utilizados. Manejo nas diferentes fases da criação. Biosseguridade. Índices produtivos. Sistemas alternativos de criações de aves.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ALBINO, L. F. T. et al. Produção e nutrição de frangos de corte. Viçosa: Editora UFV. 2017, 360p. - COTTA, T. Galinha: Produção de ovos. Viçosa: Aprenda Fácil. 2002. 278p. - MENDES, A.A; NAAS, I.A; MACARI, M. Produção de frangos de corte. Campinas: FACTA, 2004, 356p. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ALBINO, L. F. T. et al. Criação de frango e galinha caipira: sistema alternativo de criação de aves. Viçosa: Aprenda Fácil, 4. ed, 2014, 310 p. - COTTA, T. Produção de Pintinhos. Viçosa: Aprenda Fácil. 2002. 191p. - LANA, G. R. Q. Avicultura. Recife: Rural, 2000, 268 p. - OLIVEIRA, B.L. et. al. Tecnologia de ovos. Lavras: FAEPE. 2001. 75p. - PUPA, J. M. R. Galinhas poedeiras: cria e recria. Viçosa: CPT, 2005, 138 p. 		

Nome da disciplina: FLORICULTURA E PAISAGISMO		
Carga Horária: 30 h	Aulas semanais: 2	Semestre: 1
Ementa: Introdução ao paisagismo. Estilos de parques e jardins. Composição paisagística. Estudo das cores. O elemento flora no paisagismo. Espécies vegetais ornamentais. Tratos culturais. Fitossanidade. Propagação e cultivo de plantas ornamentais.		
Bibliografia Básica: <ul style="list-style-type: none"> - BARBOSA, J. G. Produção Comercial de Antúrio, Helicônia e Spathiphyllum. Viçosa: Ed. CPT, 1999. 51p. - FILHO, J. A. De L. Paisagismo. Rio de Janeiro: Aprenda Fácil, 2001.163p. - LORENZI H. Plantas Para Jardim no Brasil - Herbáceas, arbustivas e trepadeiras. Instituto Plantarum, 2022, 1.120 p. 		
Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> - FORTES, V. M. Planejamento de Manutenção de Jardins. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 153 p. - LIRA-FILHO, A.; Paiva, H. N.; Gonçalves, W. Paisagismo: elementos de composição e estética. Aprenda Fácil, Viçosa, 2002. 194p. - SANTOS, M. C. Manual de Jardinagem e paisagismo. Viçosa: Freitas Basto, 1978. 455p. - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Plantas ornamentais: propagação e produção. Ed. SENAR, Brasília, 2018. 64 p. - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Plantas ornamentais: jardinagem. Ed. SENAR, Brasília, 2017. 84 p. 		

Nome da disciplina: OLERICULTURA		
Carga Horária: 60 h	Aulas semanais: 4	Semestre: 1
Ementa: Origem; Importância econômica das hortaliças; classificação botânica e comercial; exigências edafoclimáticas; propagação; sistemas de produção de hortaliças; cultivo protegido de hortaliças; tratos culturais; manejo fitossanitário; colheita, pós-colheita e comercialização.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3. ed. Viçosa: UFV, 2000. 421 p. - FONTES, P. C. R. Olericultura: teoria e prática. Viçosa: UFV, 2005, 486 p. - PRIETO MARTINEZ, H. E.; SILVA FILHO, J. B. da. Introdução ao cultivo hidropônico de plantas. 3. ed. Viçosa: UFV, 2006. 111 p. 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - FILGUEIRA, F. A. R. Solanáceas: Agrotecnologia moderna na produção de tomate, batata, pimentão, pimenta, berinjela e jiló. Lavras: UFLA, 2003, 332p. - FILGUEIRA, F. A. R. Novo Manual de Olericultura: Agrotecnologia moderna e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2000, 402p. - JÚNIOR, T. J. P.; VENZON, M. 101 Culturas: Manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: Epamig, 2007. 800 p. - SOUZA, J. L. de; RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. 564 p. - SOUZA, R. J. de; MACHADO, A. Q.; GONÇALVES, L. D.; YURI, J. E.; MOTA, J. H.; RESENDE, G. M. de Cultura da cenoura. Lavras: Editora UFLA, 2002, 68p. 		

Nome da disciplina: SEGURANÇA NO TRABALHO		
Carga Horária: 30 h	Aulas semanais: 2	Semestre: 1
<p>Ementa: Introdução à segurança do trabalho. Acidentes do trabalho e doenças do trabalho/profissional. Riscos ambientais. Riscos de acidentes e ergonômicos. Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA). Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho (SESMT). Programa de controle médico e saúde ocupacional (PCMSO). Exames médicos. Atestado de saúde ocupacional (ASO). Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Avaliação e controle de exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos. Laudos técnicos de condições ambientais do trabalho (LTCAT). Insalubridade e Periculosidade. Perfil profissiográfico profissional (PPP). Inspeção de segurança. Investigação de acidentes. Proteção individual e coletiva (EPI e EPC). Avaliação ergonômica em ambiente de trabalho. Rotina, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos. Sinalização nos ambientes de trabalho. Mapa de riscos. Sinalização de segurança. Proteção à incêndios e explosões. Legislação e normas regulamentadoras. Programas de segurança do trabalho rural, gestão de segurança, saúde e meio ambiente. Produtos afins na execução de trabalhos agropecuários. Meio ambiente, postura e ferramentas. Segurança do trabalho em máquinas e implementos agrícolas. Acesso, transporte e trabalho com animais. Animais peçonhentos. Fatores ambientais e proteção individual para trabalhador rural. Instalações elétricas e ambiente de trabalho. Normas Regulamentadoras aplicadas NR-11, NR-12, NR-21, NR-31</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> -ATLAS. Manual de legislação de segurança e medicina do trabalho. 89^a ed. Editora Atlas – São Paulo, 2023. - BRASIL. NORMAS REGULAMENTADORAS – NR. Portaria GM nº 3.214, de 08 de junho de 1978. DOU 06/07/1978. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs. - SARAIVA. Segurança e Medicina do Trabalho. 7^a ed. Editora Saraiva – São Paulo, 2011. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ABRANTES, A. F. Atualidades em ergonomia – Logística, movimentação de materiais, engenharia industrial, escritórios. São Paulo: IMAM, 2004. - CAMPOS. A. et al Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações. São Paulo; editora Senac. São Paulo, 2006. - GARCIA, Eduardo A. C.; ALVES FILHO, José Prado. Aspectos de prevenção e controle de acidentes no trabalho com agrotóxicos. São Paulo: Fundacentro, 2005. 51 p. - MEIREILLES, C. E. et al. Manual de prevenção de acidentes para o trabalhador rural. São Paulo, Fundacentro, 1991. Apostila elaborada pelo Professor. - SALIBA, Tuffi. Messias, CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 12. ed. São Paulo: LTr, 2013. 254 p. 		

Nome da disciplina: SOLOS		
Carga Horária: 60 h	Aulas semanais: 4	Semestre: 1
<p>Ementa: Introdução à Pedologia, Fatores e Processos de formação do solo; Perfil, horizonte e camada, com a identificação e nomenclatura dos horizontes; Propriedades Morfológicas (Cor, Cerosidade, Textura e Estrutura); Classificação de Solos: Sistema Brasileiro de Classificação de Solos; Conceitos básicos: nutrientes essenciais, tóxicos e benéficos; Textura e estrutura: classes texturais; Colóides e íons do solo; Origem de cargas no solo: capacidade de troca de cátions e de ânions; Matéria orgânica do solo; Diagnose do solo: amostragem dos solos; Interpretação de análise química; Acidez dos solos, calcários, calagem; Cálculos de calagem; Gesso agrícola e sua aplicação; Macro e micronutrientes: funções, disponibilidade e movimento no solo, deficiências no solo, fixação, perdas, fontes naturais e químicas, aplicação para as diversas culturas; Cálculos de fertilizantes para culturas mais importantes do cenários agrícola regional.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ANDRADE, H; POZZA, A.A.A. Solos: origem, componentes e organização. Lavras: UFLA/FAEPE, 2008. 137 p. - NOVAIS, R.F. Fertilidade do solo e adubação. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa, UFV, 2007. 1017 p. - PRADO, H. do. Solos do Brasil: gênese, morfologia, classificação, levantamento, manejo. 4. ed. rev. e ampl. Piracicaba: Fundag, 2005. 281 p. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CURI, Nilton (ed.) et al. Pedologia: solos dos biomas brasileiros. 1. ed. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2017. viii, 597p. ISBN 978-85-86504-22-8 (broch.). - LEPSCH, I. F. Formação e Conservação dos Solos. São Paulo: Oficina de Textos. 2002. 178. - MELLO, Francisco de A. F. de. Fertilidade do solo. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1983. 400 p. - MOREIRA, Fátima M. S; KASUYA, Maria Catarina Megumi (Ed.). Fertilidade e biologia do solo: integração e tecnologia para todos - volume 2. 1. ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2017. 600 p. - TOMA, Maíra Akemi; VILAS BÔAS, Rogério Custódio (Ed). Solos. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2017. 32 p. (Conhecendo a vida do solo ; v. 1). ISBN 9788581270562 (broch.). 		

Nome da disciplina: TOPOGRAFIA		
Carga Horária: 45 h	Aulas semanais: 3	Semestre: 1
<p>Ementa: Introdução. Revisão de matemática aplicada à topografia. Ângulos topográficos: Azimute, Rumo. Escalas. Instrumentos topográficos. Curvas de nível. Nivelamento. Levantamentos planimétricos. Desenho topográfico. Declividade. Módulos Fiscais. Legislação Ambiental: Reserva Legal e Área de Preservação Permanente.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - COSTA, A. A. da. Topografia. Curitiba: Livro Técnico, 2011. - GARCIA, G.J.; PIEDADE, G.C.R. Topografia aplicada às ciências agrárias. 5.ed. São Paulo: Nobel, 1984. - TULER, M. Fundamentos de topografia. 1. Porto Alegre: Bookman, 2013. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BAHIA, V. G.; RIBEIRO, M. A. Conservação do solo e preservação ambiental. Lavras: UFLA/FAEPE. 1997. - CAMPOS NETTO, C. Desenho arquitetônico e design de interiores. São Paulo Erica, 2014. - COMASTRI, J. A; TULER, J.C. Topografia: altimetria. 3. Ed. Viçosa: UFV, 1999. Editora. São Paulo, 1998. - GARCIA, G.; PIEDADE, G. Topografia aplicada as ciências agrárias. Nobel - GONZALEZ-GAUDIANO, E. Educação ambiental. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. 258 p. (Horizontes pedagógicos). 		

11.2 Ementário das Disciplinas do Semestre 2

Nome da disciplina: CAPRINOCULTURA/OVINOCULTURA		
Carga Horária: 45 h	Aulas semanais: 3	Semestre: 2
Ementa: Importância social e econômica dos caprinos e ovinos no Brasil e no mundo. Ezoognosia. Origem e principais raças de caprinos e ovinos criadas no Brasil. Conceitos básicos sobre nutrição. Instalações zootécnicas. Manejo reprodutivo. Manejo sanitário.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none">- MOURA E SILVA, M. G. C. Produção de caprinos. Lavras: Ed. UFLA, 2004. 107 p.- SELAIVE, A. B. Produção de caprinos no Brasil. 1ª Edição. 686 páginas. Editora Embrapa. 2019.- SELAIVE, A. B; OSÓRIO, J. C. S. Produção de Ovinos no Brasil. 1ª Edição. 644 páginas. Editora Roca. 2014.		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none">- AISEN, E. G. Reprodução Ovina e Caprina. 1ª Edição. 206 páginas. Editora MedVet. 2008.- BARROS, N. N; SIMPLÍCIO, A. A. Produção intensiva de ovinos de corte: Perspectivas e cruzamentos. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE OVINOCULTURA, 1, 2001, Lavras. Anais...Lavras: UFLA, 2001.p.21-47.- CHAPAVAL, L. Manual do Produtor de Cabras Leiteiras. 2ª Edição. 202 páginas. Editora Aprenda Fácil. 2017.- SANTOS, V. T. Ovinocultura: Princípios básicos para sua instalação e exploração. São Paulo: Nobel, 1988.- SOBRINHO, A. G. S. Criação de ovinos. 4ª Edição. 302 páginas. Editora Funep. 2022.		

Nome da disciplina: SUINOCULTURA		
Carga Horária: 75 h	Aulas semanais: 5	Semestre: 2
Ementa: Importância da suinocultura na pecuária nacional. Fatores que influenciam a eficiência do sistema produtivo: gestão, planejamento, manejo, nutrição, melhoramento genético, sanidade e reprodução.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - CAVALCANTI, S.S. Suinocultura dinâmica. Belo Horizonte, MG:FEP-MVZ Editora, 1998. - FERREIRA, H. A. et al. Produção de Suínos: Teoria e Prática. Brasília, DF, ABCS, 2014. - FERREIRA, R. A. Suinocultura: Manual prático da criação. Editora Aprenda Fácil, 2012. 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - BARCELLOS, D. SOBESTIANSKY, J. Atlas de Doenças. Goiânia, GO: Art3, 2003. - BORTOLOZZO, F. P. WENTZ, I. BENNEMANN, P.E. et al. Inseminação Artificial na Suinocultura Tecnificada. Porto Alegre, RS: Pallotti, 2005. - FIALHO, E. T. SILVA, H. O. ZANGERONIMO, M.G.; AMARAL, N.O.; RODRIGUES,P.B.CANTARELLI,V.S. Alimentos alternativos para suínos. 232p, Lavras, 2009. - SAKOMURA, N.K., SILVA, J.H.V., COSTA, F.G.P., FERNANDES, J.B.K., HAUSCHILD, L. Nutrição de não ruminantes, Jaboticabal: FUNEP, 2014. - SOBESTIANSKY, J. WENTZ, I. SILVEIRA, P. R. S. SESTI, L. A. C. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. 1 ed., 388p, Concórdia, 1998. 		

Nome da disciplina: AGROECOLOGIA		
Carga Horária: 30 h	Aulas semanais: 2	Semestre: 2
<p>Ementa: Conceituação, histórico e princípios da Agroecologia. A ciência agroecológica como ferramenta para a viabilização de serviços ambientais na recuperação de solos, da biodiversidade, do equilíbrio biológico em agroecossistemas e na produção saudável de alimentos, fibra e matéria prima para energia. Histórico da agricultura, Agriculturas alternativas. Agroecologia e Agricultura Familiar; Soberania/Segurança alimentar. Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas para a agricultura familiar. Sementes crioulas. Agroecossistemas: estrutura e funcionamento em contraposição aos sistemas naturais. Manejo ecológico dos solos. Manejo do solo, adubação e nutrição vegetal. Adubação verde/ compostagem Teoria da trofobiose. Biodiversidade e manejo de pragas. Manejo ecológico de pragas, doenças e plantas espontâneas. Manejo e implantação de sistemas agroflorestais. Transição para um sistema agroecológico. Sustentabilidade em agroecossistemas. Indicadores de sustentabilidade. Técnicas de Produção orgânica. Certificação e sistemas participativos de garantia. Mercado Justo. Agricultura Urbana. Fichas agroecológicas para elaboração de composto orgânico, biofertilizantes e caldas fitoprotetoras.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ARL, V.; RINKLIN, H. Livro verde 2 – Agroecologia. Passo Fundo-RS: Ed. CEPAGRI – Terra Nova, 1997. 68p. - ODUM, E. P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 434p. - PADOVAN, M. P. Agroecologia em Mato Grosso do Sul: princípios, fundamentos e experiências. Dourados: Mato Grosso do Sul, Editora Embrapa Agropecuária Oeste, 2005. 127p. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54). - CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER - IICA, 2004. - CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Em: ETGES, V. E. (org.). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001. p.19-52. - PENTEADO, S. R. Defensivos alternativos e naturais: para uma agricultura sustentável. Via verde-Fraga e Penteado, 2006. 150 p. - SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 317 p 		

Nome da disciplina: CULTURAS ANUAIS		
Carga Horária: 60 h	Aulas semanais: 4	Semestre: 2
<p>Ementa: Culturas da soja, feijão e milho. Histórico, origem e importância no Brasil e no mundo. Botânica, morfologia, fenologia e fisiologia. Qualidade de sementes. Produção de mudas. Condições edafoclimáticas de cultivo. Preparo de solo e processo de semeadura/plantio. Nutrição e fertilidade. Épocas de semeadura. Variedades, cultivares e híbridos. População e densidade de semeadura/plantio. Pragas, doenças e plantas daninhas. Colheita e pós-colheita. Mercado e comercialização.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BOREM, Aluizio; GALVÃO, João Carlos Cardoso; PIMENTEL, Marco Aurelio (Ed.). Milho: do plantio à colheita. 2. ed. Viçosa: Ed. UFV, 2017. 382p. - CARNEIRO, José Eustáquio de Souza; PAULA JÚNIOR, Trazilbo José de; BOREM, Aluizio (Ed.). Feijão: do plantio à colheita. Viçosa: Ed. UFV, 2015. 384p. ISBN 978-85- 7269-513-8 (broch.) - SEDIYAMA, Tuneo; SILVA, Felipe; BOREM, Aluizio (Ed.). Soja: do plantio à colheita. Viçosa: Ed. UFV, 2015. 333 p. ISBN 978-85-7269-519-0 (broch.). 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BUENO, Adeney de Freitas et al. Soja: manejo integrado de insetos e outros artrópodes pragas. Brasília 859 p. ISBN 9788570351395. - CARVALHO, Nelson Moreira de; NAKAGAWA, João (Ed.). Sementes: ciência, tecnologia e produção. 5. ed. Jaboticabal: Funep, 2012. 590 p. ISBN 978-85-7805-090-0 (broch.). - LIMA FILHO, Oscar Frontão de (Ed.) et al. Adubação verde e as plantas de cobertura no Brasil: fundamentos e prática. Brasília: EMBRAPA, 2014. 507 p. (1). ISBN 978-85-7035- 313-9 (broch.). - MARENCO, Ricardo A; LOPES, Nei F. Fisiologia vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral. 3. ed. Viçosa: UFV, 2009. 486 p. ISBN 978-85-7269-359-2 (broch.). - TAIZ, Lincoln; ZEIGER, Eduardo. Fisiologia vegetal. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. xxiv, 918 p. ISBN 978-85-3632-795-2 (broch.). 		

Nome da disciplina: CULTURAS SEMI PERENES		
Carga Horária: 60 h	Aulas semanais: 4	Semestre: 2
<p>Ementa: Culturas da cana-de-açúcar, mandioca e algodão. Para cada cultura, serão considerados aspectos relacionados ao mercado nacional e mundial; botânica, origem e evolução; morfologia das culturas; fisiologia e ecofisiologia; manejo varietal e planejamento da unidade produtiva; tratos culturais (adubação, manejo de pragas e doenças, plantas daninhas e irrigação); colheita e processamento agroindustrial; comercialização.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CORTEZ, L.A.B. Bioetanol de cana-de-açúcar. Blucher, 2010. 992p. - FREIRE, E.C. Algodão no cerrado do Brasil. Brasília: Associação brasileira dos produtores de algodão, 2007. 918p. - VIAN, C.E.F. Agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização. 2.ed. Átomo, 2003. 216p. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CONCEIÇÃO, A. J. A mandioca. São Paulo: Nobel, 1981. 382p. - NEVES, M. F.; PINTO, M. J. A. A cadeia do algodão brasileiro: desafios e estratégias. ABRAPA, 2012. 55p. - RIPOLI, T. C. C.; RIPOLI, M. L. C.; CASAGRANDI, D. V.; IDE, B. Y. Plantio de cana-de-açúcar: estado de arte. Piracicaba: Autores, 2007. 188p. _____. Algodão: informações técnicas. Campina Grande: Embrapa/CNPA, 1998. 267p. - SANTOS, F.; BORÉM, A.; CALDAS, C. Cana-de-açúcar: bioenergia, açúcar e etanol – tecnologias e perspectivas. 2.ed. Viçosa: Editores, 2011. 637p. 		

Nome da disciplina: GESTÃO E VENDAS		
Carga Horária: 30 h	Aulas semanais: 2	Semestre: 2
<p>Ementa: Conceitos básicos da gestão empresarial. Funções administrativas. PODC. Gestão participativa. Tipos de empresas. Ferramentas e técnicas de gestão. Referências sobre a administração de vendas e o profissional de vendas. Organização da estrutura e infraestrutura de vendas em diferentes tipos de empresa. Metodologia para planejamento de vendas. Oportunidades de mercado e previsão de vendas. Projetos em vendas e promoção de vendas. Vendas e Distribuição, Controle de Vendas, Avaliação de Vendedores. O uso da Tecnologia na Força de Vendas. Direitos Humanos (Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012).</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. 14 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. - COBRA, M. Administração de Vendas. São Paulo: Atlas, 2010. - LAS CASAS, A. L. Administração de vendas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. - MAXIMILIANO, A.C. C. Introdução à administração. São Paulo. Atlas. 2000 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BAKER, M. Administração de Marketing. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. - CHIAVENATO, I. Gestão de vendas - uma abordagem introdutória. 3 ed. São Paulo: Manole, 2015. - COLLEEN, S. Inteligência emocional para o sucesso nas vendas. São Paulo: Makron Books, 2014. - LAS CASAS, A. L. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004. - TEJON, J. L. Gestão de vendas - os 21 segredos do sucesso. São Paulo: Saraiva, 2007. 		

Nome da disciplina: INFORMÁTICA		
Carga Horária: 30 h	Aulas semanais: 2	Semestre: 2
<p>Ementa: Compreender e usufruir de benefícios de diferentes tipos de objetos de aprendizagem. Manipular ferramentas básicas do Sistema Operacional e serviços virtuais (como aqueles oferecidos pela "Computação nas Nuvens") com alguns de seus utilitários, dentre outros: navegador de internet, editor de textos, planilha eletrônica, software de apresentação.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BARRIVIERA, Rodolfo; OLIVEIRA, Eder Diego de. Introdução à informática. Curitiba: Livro Técnico, 2012. - MARÇULA, Marcelo; BENINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações. 4. ed. rev. São Paulo: Érica, 2013. - VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - AMIGO, Rogério. Software livre e BrOffice com questões. Rio de Janeiro: Academia do concurso, 2009. - CAPRON, H. L. e JOHNSON, J. A. Introdução à informática. São Paulo: Pearson, 2004 - MANZANO, José Augusto N. G. BrOffice.org 3.2.1: guia prático de aplicação. São Paulo: Érica, 2010. - MANZANO, André Luiz N. G, MANZANO, Maria Izabel. Internet – Guia de orientação. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. - SCHECHTER, R. Br.Office. Org: CALC e Writer: trabalhe com planilhas e textos em Software Livre. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 		

Nome da disciplina: MECANIZAÇÃO I		
Carga Horária: 30 h	Aulas semanais: 2	Semestre: 2
Ementa: Noções de motores do ciclo Otto e ciclo diesel; Motores de 2 e de 4 tempos elementos e Sistemas auxiliares de um motor de combustão interna. Elementos de transmissão; Classificação de tratores; Rodados, Lastragem e bitola; Manutenção de máquinas agrícolas; Custo da mecanização agrícola.		
Bibliografia Básica: <ul style="list-style-type: none"> - GADANHA JUNIOR, J. P. MOLIN; J. L. D. COELHO; C. H. YAHN; S. M. A. TOMIMORI. Máquinas e implementos agrícolas do Brasil. NSI-MA/CIENTEC/IPT, São Paulo, 468 p. 1991. -- MIALHE, L. G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo. Ceres. 297 p. 1974. _____. Máquinas agrícolas: ensaios e certificação. CNPq/PADCT/TIB/FEALQ, Piracicaba, 1996. 772p. 		
Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> - DA SILVEIRA, G. M. Os cuidados com o trator. Ed. Aprenda Fácil, 309 p. 2001. - LILJEDAHL, J. B.; TURNQUIST, P. K.; SMITH, D. W.; HOKI, M. Tractors and their power units. AVI, 1989. - RIPOLI, T. C. C. Coletânea de artigos de mecanização e máquinas agrícolas. Vol. I a V. ESALQ, Piracicaba. 1985 a 1996. - RIPOLI, T. C. C; RIPOLI, M. L. C. Biomassa de cana-de-açúcar: colheita, energia e ambiente. Ed. Aut. Piracicaba. 2004. 302 p. - RIPOLI, T. C. C.; MOLINA JR., W. F.; RIPOLI, M. L. C. Manual prático do agricultor: máquinas agrícolas. V.1. Ed. aut.. Piracicaba, 2005. 188 p. 		

Nome da disciplina: PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS		
Carga Horária: 60 h	Aulas semanais: 2	Semestre: 2
<p>Ementa: Leite: Introdução, histórico do consumo, definição, composição química do leite, glândula mamária e secreção do leite, ordenha, fluxograma da produção de leite, tipos de leite, tratamento do leite, apresentação no mercado, conservação, higiene na indústria de leite e derivados, microbiologia do leite, análise do leite, fraude. Carne: Histórico do consumo de carne, a carne como alimento, composição, estrutura da carne, conversão do músculo em carne, processos tecnológicos, aspectos higiênicos sanitários da carne, processamento de derivados, abate, desossa. Noções básicas de pós-colheita de frutas e hortaliças. Definição e classificação de frutas e hortaliças Estadios de desenvolvimento de frutas. Mudanças durante a maturação. Frutos climatéricos e não climatéricos. Etileno: importância na pós-colheita de frutas e hortaliças. Conservação pós-colheita de frutas e hortaliças. Métodos de extensão da vida-de-prateleira. Processamento mínimo de frutas e hortaliças. Etapas do processamento mínimo. Métodos de extensão da vida útil de minimamente processados. Atributos de qualidade de frutas e hortaliças. Tecnologia do processamento de conservas de frutas e hortaliças.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. São Paulo: Manole, 2006. 612 p. - ORDÓÑEZ, J. A. Tecnologia de Alimentos: Alimentos de Origem Animal. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2005. - PARDI, M. C.; SANTOS, I. F. dos; SOUZA, E. R.; PARDI, H. S. Ciência, higiene e tecnologia da carne. Goiânia: CEGRAF - UFG / Niterói: EDUF, v.1, 1993. 586p. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BRESSAN, M. C. Legislação de alimentos de origem animal. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002. - EVANGELISTA, J. Tecnologia de Alimentos. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2000. - FELLOWS, P.J. Tecnologia do processamento de alimentos: Princípio e prática. São Paulo: Artmed, 2006. 602 p. - GAVA, A.J. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações. São Paulo: Nobel, 2009. 512 p. - GOMES, J.C. Legislação de alimentos e bebidas. Viçosa: UFV. 2007. 635 p. Base de dados de artigos na internet. Legislação: ANVISA e MAPA. 		

11.3 Ementário das Disciplinas do Semestre 3

Nome da disciplina: BOVINOCULTURA		
Carga Horária: 75 h	Aulas semanais: 5	Semestre: 3
Ementa: Características da produção de bovinos. Planejamento da produção. Raças e melhoramento genético. Aspectos gerais da reprodução e manejo reprodutivo. Manejo do nascimento as fases produtivas. Sustentabilidade do sistema produtivo. Processamento do leite, da carne e seus derivados. Forragicultura.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none">- BARCELOS, J. O. J.; OLIVEIRA, T. E.; MARQUES, P. R. et al. (ed.) Bovinocultura de corte: cadeia produtiva e sistemas de produção. Guaíba: Agrolivros, 2011- HOLMES, C. W.; WILSON, G. F. Produção de leite à pasto. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1989. 708 p.- VILELA, D.; FERREIRA R. P.; FERNANDES E. N.; JUNTOLLI F. V.; PECUÁRIA DE LEITE NO BRASIL. Cenários e avanços tecnológicos. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Pecuária Sudeste Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2016.		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none">- BERNARDI, A. C. C.; INAMASU, R. Y. Adoção da agricultura de precisão no Brasil. In: BERNARDI, A. C. C.; NAIME, J. M.; RESENDE, Á. V. R.; BASSOI, L. H. B.; INAMASU, R. Y. I. (Ed.). Agricultura de precisão: resultados de um novo olhar. Brasília, DF: Embrapa, 2014.- LEITE, J. L. B.; STOCK, L. A.; SIQUEIRA, K. B.; ZOCCAL, R. Dinâmica da pecuária leiteira no Brasil: evolução de características das propriedades. Panorama do Leite, v.7, n.82, p.12-15, dez. 2015.- MARQUES, A. de P.; MARQUES JR, A. de P.; FERREIRA, P. M.; et al. Criação de bovinos. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1981. 479 p.- MENDES, A. P.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. Bovinocultura Leiteira: fundamentos de exploração racional. 3.ed. Editores: Piracicaba: FEALQ, 1987. 580 p.- VAN SOEST, P. Nutritional ecology the of ruminant. Ithaca. Cornell University Press, 1994.		

Nome da disciplina: EQUINOCULTURA		
Carga Horária: 45 h	Aulas semanais: 3	Semestre: 3
<p>Ementa: História e evolução da Equinocultura no Brasil e no mundo. Principais atividades equestres. Anatomia e cromotricologia. Raças e melhoramento genético. Sustentabilidade na criação de equinos. Construções, instalações e ambiência. Comportamento e bem-estar de equinos. Manejo e administração geral de haras. Principais alimentos e manejo nutricional. Fisiologia e biotecnologias da reprodução. Principais doenças na Equinocultura. Ezoognosia. Andamentos, doma e equitação.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CINTRA, A. G. C. O cavalo: características, manejo e alimentação. São Paulo: Roca, 2010. 364 p. - FRAPE, D. Nutrição e alimentação de equino. São Paulo: Roca, 2007. 602 p. - LEY, W. B. Reprodução em éguas para veterinários especialistas em equinos. São Paulo: Roca, 2006. 220 p. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BECK S. L.; CINTRA, A. G. Manual de gerenciamento equestre – textos, tabelas, planilhas. 181 p., 2012. - BERTECHINI, A. G. Nutrição de monogástricos. Lavras: Editora UFLA, 2006. 301p. - GUILHON, P. Doma racional interativa. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. 208p. - RESENDE, A. S. C.; COSTA, M. D. Pelagem dos equinos: nomenclatura e genética. Belo Horizonte: FEPMVZ Editora, 2012. 111p. - SOARES, D. F. G. et al. Equoterapia: teoria e prática no Brasil. Editora Caratinga. 2013. 		

Nome da disciplina: CAFEICULTURA		
Carga Horária: 45 h	Aulas semanais: 3	Semestre: 3
<p>Ementa: Introdução e histórico – origem e dispersão. Importância do agronegócio no Mundo, Brasil e MG – perspectivas da cafeicultura. Botânica, morfologia e fisiologia. Clima e solo – Exigências edafoclimáticas. Tecnologia e manejo do cafeiro – produção de sementes e mudas, implantação e condução. Nutrição e adubação. Tratos culturais e fitossanitários – doenças, pragas e anomalias fisiológicas. Sistemas e manejo da poda. Culturas intercalares e consorciação. Arborização e sombreamento. Produção de café orgânico, sustentável e familiar. Colheita, processamento pós-colheita, secagem, armazenamento. Beneficiamento, rebenefício. Classificação e degustação. Industrialização e comercialização do café.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - GUIMARÃES, R. J. et al. Semiologia do Cafeiro – Sintomas de desordens nutricionais, fitossanitárias e fisiológicas. Editora UFLA. Lavras – MG. 2010. 215p. - MATIELO, J. B. et. al. Cultura de Café no Brasil – Manual de Recomendações. MAPA/PROCAFÉ. Rio de Janeiro/Varginha. 2024. 797p. - REIS, P. R. et al. Café arábica do plantio à colheita. U.R. EPAMIG SM. Lavras – MG. 1v. 2010. 896p. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BORÉM, F. M. et al. Pós-Colheita do café. Editora UFLA. Lavras, MG. 2008. 631p. - CARVALHO, C. H. S. et al. Cultivares de Café, origem, características e recomendações. Ed. Embrapa Café. Brasília, D.F., 2008. 334p. - PEDINI, S.; CAIXETA, I. F. Cafeicultura Orgânica, apostila. Curso de Especialização em Cafeicultura Orgânica. FEM/ESACMA. Machado. 2001. - RENA, A. B. et al. Cultura do Cafeiro – fatores que afetam a produtividade. Anais. UFV/POTASSA/ANDA. Piracicaba. 1986. 447p. - TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. Caderno de aulas práticas da cafeicultura. Brasília: IFB, 2016. 183 p. 		

Nome da disciplina: FRUTICULTURA		
Carga Horária: 60 h	Aulas semanais: 4	Semestre: 3
Ementa: Origem; domesticação e propagação de fruteiras; sistemas de produção de fruteiras; condução e poda de plantas; tratos culturais; fitossanidade, colheita, pós-colheita e comercialização de espécies frutíferas.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - SIMÃO, S. Tratado de fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998. 760 p. - SIQUEIRA, D. L. Planejamento e implantação de pomar. Viçosa: Aprenda Fácil. 2000. 172 p. - SOUZA, J. S. I. Poda das plantas frutíferas. São Paulo: Nobel. 2005. 190p. 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - ALVES, E. J. A cultura da banana: aspectos técnicos, socioeconômicos e agroindustriais. Brasília: Embrapa, 1999. 585p. - CRUESS, W. V. Produtos industriais de frutas e hortaliças. São Paulo: Edgard Blucher. 1973. 446 p. - MARGARIDO, S. M. F. Pêssego e Nectarina. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1988. 104 p. - POMMER, C. V. Uva: tecnologia de produção, pós colheita, mercado. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2003. 777 p. - ROZANE, D. E. et al. Manga: produção integrada, industrialização e comercialização. 20 ed. Viçosa: UFV, 2004. 604 p. 		

Nome da disciplina: EMPREENDEDORISMO		
Carga Horária: 30 h	Aulas semanais: 2	Semestre: 3
<p>Ementa: Visão histórica do empreendedorismo. Conceito de empreendedorismo. Mitos e verdades sobre empreendedorismo. Intraempreendedorismo. Micro e Pequena Empresa. Empresa Familiar. Identificação de Negócio. Oportunidade de Negócio. Tipos existentes de Negócio. Sociedade e meio ambiente. Lean Canvas. Inovação. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008: História da cultura Afro Brasileira e Educação das Relações étnico raciais.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BERNARDI, L. A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2007. - DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. - DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: entrepreneurship. 6 ed. São Paulo: Pioneira, 2000. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DEGEN, R. J. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. - DOLABELA, F. O Segredo de Luisa. 14 ed. São Paulo: Cultura e Editores Associados, 1999. - JUSTUS, R. Empreendedor (O): como se tornar um líder de sucesso. São Paulo, Larousse, 2009. - SALIM, C. S; et al. Construindo Planos de Negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001. - TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 		

Nome da disciplina: IRRIGAÇÃO/DRENAGEM

Carga Horária: 60 h	Aulas semanais: 4	Semestre: 3
----------------------------	--------------------------	--------------------

Ementa: Hidráulica: conceito, importância no contexto da irrigação; Hidrostática: pressão dos fluídos, pressão efetiva e absoluta, determinação da pressão, conversão de unidades de pressão, expressão da energia na forma de carga hidráulica; Hidrodinâmica: vazão, determinação da vazão e sua importância no dimensionamento de sistemas de irrigação; perda de carga; Água no solo: formas de armazenamento da água armazenada no solo, Relação água-solo-planta-atmosfera: evapotranspiração, Métodos de irrigação: Irrigação por aspersão, irrigação localizada e irrigação por superfície; Sistemas de irrigação: Aspersão convencional, sistemas de irrigação com movimentação contínua, irrigação por gotejamento e por microaspersão; Noções de projetos de sistema de irrigação: dimensionamento básico de sistemas de irrigação; Drenagem agrícola: conceito, importância, sistemas de drenagem.

Bibliografia Básica:

- AZEVEDO NETTO, J.M; ALVAREZ, G.A. **Manual de Hidráulica.** 7^a. Ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1991. 335 p.
- BERNARDO, S.; SOAREAS, A.A.; MANTOVANI, E.C. **Manual de irrigação.** 8^a. Ed. Viçosa: Editora Viçosa, 2006. 625 p.
- DAKER, A. **Irrigação e Drenagem.** Água na Agricultura – 3º. Vol., 6^a. Ed., Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1984. 534 p.

Bibliografia Complementar:

- ALBUQUERQUE, P.E.P.; DURÃES, F.O.M. (Eds.). **Uso e manejo de irrigação.** Brasília: Embrapa, 2008. 528 p.
- LOPES, J.D.S.; LIMA, F.Z.; OLIVEIRA, F.G. **Irrigação por aspersão convencional.** Viçosa: Aprenda Fácil. 2009. 333 p.
- MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L.F. **Irrigação: princípios e métodos.** 3^a. Ed. 2009. Editora UFV. 335 p.
- MILLAR, A.A. **Drenagem de terras agrícolas: bases agronômicas.** Editerra editorial, Brasília, 1988, 306 p.
- OLITA, A. F. L. **Os métodos de irrigação.** NOBEL, São Paulo, 1978.

Nome da disciplina: MECANIZAÇÃO II		
Carga Horária: 45 h	Aulas semanais: 3	Semestre: 3
Ementa: Conhecer e identificar os sistemas que compõem os implementos agrícolas, como fazer sua correta manutenção e regulagem, calibragem de pulverizadores, funcionamento e regulagem de semeadoras, funcionamento de grades, arados e subsoladores.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none"> - GADANHA Jr., J. P. MOLIN; J.L.D. COELHO; C.H. YAHN; S.M.A. TOMIMORI. Máquinas e implementos agrícolas do Brasil. NSI-MA/CIENTEC/IPT, São Paulo, 468 p. 1991. - MIALHE. L.G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo. Ceres. 297 p. 1974. _____. Máquinas agrícolas: ensaios e certificação. CNPq/PADCT/TIB/FEALQ, Piracicaba, 1996. 		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none"> - BALASTREIRE, L. A. Máquinas Agrícolas. São Paulo, Manole, 1987. - PORTELLA, J. A. Semeadoras para plantio direto. Aprenda fácil, p. 252. Viçosa, 2001. - RIPOLI, T. C. Coletânea de artigos de mecanização e máquinas agrícolas. Vol. I a V. ESALQ, Piracicaba. 1985 a 1996. - RIPOLI, T. C. C.; MOLINA JR., W.F.; RIPOLI, M.L.C. Manual prático do agricultor: máquinas agrícolas. V.1. Ed. aut. Piracicaba, 2005. 188 p. - SILVEIRA, G. M. Máquinas para plantio e condução de culturas. Viçosa: Aprenda fácil, 2001. 336p. 		

Nome da disciplina: RECEITUÁRIO AGRONÔMICO		
Carga Horária: 30 h	Aulas semanais: 2	Semestre: 3
<p>Ementa: Introdução, Histórico, Conceitos fundamentais de receituário e agrotóxico; Legislação sobre produtos fitossanitários; Toxicologia dos produtos fitossanitários; Equipamentos de proteção individual (EPIs); Ingrediente ativo, formulações e classificação dos produtos fitossanitários; Tecnologia de aplicação dos produtos fitossanitários; Prescrição técnica; Normas para a escolha, aquisição, transporte, armazenamento e manuseio dos produtos fitossanitários.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BRASIL. Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14785.htm#art65. - SAMPAIO, D. P. A.; GUERRA, M .S. Receituário Agronômico: guia prático para a nova lei dos agrotóxicos. 2. ed. São Paulo: Globo, 1991. 436 p. - SILVA JÚNIOR, D. F. Legislação Federal: Agrotóxicos e afins. 1. ed. Perdizes: Indax, 2003. 392 p. 		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - GALLO, D. et al. Entomologia agrícola. Piracicaba: Fealq, 2002. 920 p. - KIMATI, H (Ed.) et al. Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas - volume 2. 4. ed. São Paulo: Ceres, 2005. 663 p. - RODRIGUES, B. N.; ALMEIDA, F. S. Guia de herbicidas. 5. ed. Londrina: Autores, 2005. 648 p. - VALE, F. X. R.; ZAMBOLIM, L. Controle de doenças de plantas: grandes culturas. v. 1. Viçosa: UFV, 1997. 554 p. - ZAMBOLIM, L. Manejo integrado: doenças, pragas e plantas daninhas. Viçosa: UFV, 2000. 416 p. 		

11.4 Ementário das Disciplinas Optativas

Nome da disciplina: LIBRAS		
Carga Horária: 15 h	Aulas semanais: 1	Semestre: 3
Ementa: LIBRAS em contexto. Estratégias para aprendizagem da língua de sinais. Alfabeto e numerais manuais. Gramática: pronomes na LIBRAS, verbos, advérbios, classificadores e adjetivos em Libras. Mundo do surdo: cultura e comunidade, produção linguística e educação. Dinâmicas relacionadas a língua de sinais. Membros familiares. Sinais relacionados a meios de comunicação.		
Bibliografia Básica:		
<ul style="list-style-type: none">- FALCÃO, L. A. B. Surdez cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos. 2. ed. Recife, 2011.- GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.- LACERDA, C. B. F. Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.		
Bibliografia Complementar:		
<ul style="list-style-type: none">- BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, 1998.- HONORA, M; FRIZANCO, M. L. E. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo, Ciranda Cultural, 2009.- LACERDA, C. B. F. Uma escola duas línguas. Porto Alegre: Mediação, 2009.- LODI, A.C B.; LACERDA, C. B. F. Uma escola duas línguas. Letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.- SANTOS, J. Língua brasileira de sinais: conhecendo e brincando: LIBRAS. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2004.		

12 METODOLOGIA

Visando a formação do profissional técnico em Agropecuária, o curso tem como pressuposto pedagógico, metodologias que valorizem a aprendizagem do estudante em processo de construção, que contemplem o desenvolvimento de competências de forma a considerar a formação de um profissional preparado para os conhecimentos teórico práticos, com qualificação no desempenho profissional, atuando de forma reflexiva e ética buscando valorizar os saberes já existentes e o desenvolvimento dos princípios teóricos e metodológicos que sustentam o profissional técnico em agropecuária.

Para o desenvolvimento dessa proposta, serão adotadas diferentes estratégias didático metodológicas: seminários, debates, atividades em grupo, atividades individuais, projetos de trabalho, estudos dirigidos, visitas técnicas, oficinas temáticas e outras, que possibilitem a participação ativa dos estudantes para desenvolverem as habilidades, competências e valores inerentes à área de atuação, com foco no contexto do trabalho, estimulando o raciocínio para solução de problemas e a construção do conhecimento necessário às atividades relacionadas com seu campo de trabalho e com os objetivos do curso, valorizando o mundo dos discentes, sua cultura específica, étnico-racial, de gênero, etário, religioso e de origem (urbano ou rural) Tais estratégias devem incentivar a interação, colaboração, flexibilidade de comportamento e de autodesenvolvimento do aluno no que diz respeito às diversidades e às novas técnicas e tecnologias adotadas em situações reais de trabalho, com avaliação contínua e sistemática, voltada para a aprendizagem com autonomia.

No âmbito do convívio do espaço escolar, entende-se que as relações que se estabelecem no processo de ensino e aprendizagem não se encerram nos momentos em que o aluno se encontra com o professor. Sendo assim, campanhas integradoras que tratem de direitos humanos, acessibilidade, ética, diversidade e alteridade possibilitarão a conscientização dos educandos para conviverem em todos os espaços e com todas as pessoas. O altruísmo e o respeito à diversidade são incentivados por meio da solidariedade, preservação do bem público, além disso, deseja-se aplicar pressupostos de aspectos referentes à acessibilidade pedagógica e atitudinal.

12.1 Procedimentos pedagógicos

Para o desenvolvimento desta Proposta Pedagógica serão adotadas estratégias

diversificadas, que possibilitem a participação ativa dos alunos para que desenvolvam as competências necessárias às atividades relacionadas com seu campo de trabalho, tais como: análise e solução de problemas; estudo de casos; exposições dialogadas; palestras; visitas técnicas orientadas; pesquisas; projetos e outros que integrem conhecimentos, habilidades e valores inerentes à ocupação e que focalizem o contexto do trabalho, estimulando o raciocínio para solução de problemas e a construção do conhecimento. Tais estratégias devem possibilitar flexibilidade de comportamento e de autodesenvolvimento do aluno no que diz respeito às diversidades e às novas técnicas e tecnologias adotadas em situações reais de trabalho, com avaliação contínua e sistemática, voltada para a aprendizagem com autonomia. Ao longo do curso, os alunos realizarão visitas técnicas, sob a supervisão e a orientação dos docentes, de modo a propiciar condições para a contextualização das atividades realizadas e dos trabalhos previstos, tendo em vista a necessidade de aproximação com o mundo real do trabalho, para o desenvolvimento de competências.

Os procedimentos didático-pedagógicos devem auxiliar os alunos nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais. Para tanto, propõe-se para os docentes:

- elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas, ministrando-as de forma interativa por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e, em alguns momentos, atividades em grupo;
- problematizar o conhecimento, sem se esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno, incentivando-o a buscar a confirmação do que estuda em diferentes fontes;
- entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade, articulando e integrando os conhecimentos de diferentes áreas;
- elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas.

13 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo, além de integrar o itinerário formativo do educando. O estágio dá aos educandos a oportunidade da visão real e crítica do que acontece fora do ambiente escolar e possibilita adquirir experiência por meio do convívio com situações interpessoais, tecnológicas e científicas; como também é a oportunidade para que os educandos apliquem em situações concretas os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas, de maneira que possam vivenciar no dia a dia a teoria, absorvendo melhor os conhecimentos, podendo refletir e confirmar a sua escolha profissional. O Estágio Supervisionado do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente do IFSULDEMINAS – Campus Machado Polo Alfenas será contabilizado de forma optativa, de acordo com Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

O estágio poderá ser realizado em ambiente extraescolar, ou seja, em pessoas jurídicas de direito privado ou em órgãos da administração pública, bem como com profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podendo também ser realizado no próprio Campus, desde que desenvolvidas atividades na linha de formação do educando. São requisitos para realização do estágio a matrícula, a frequência, a conclusão do primeiro semestre do curso e o Termo de Compromisso de Estágio, sendo acompanhado de forma efetiva pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente. A avaliação e o registro da carga horária do estágio só ocorrerão, quando a Instituição concordar com os termos da sua realização, que deverá estar de acordo com a Proposta Político-pedagógica do IFSULDEMINAS – Campus Machado.

Na página 85, item 20.1, Quadro 7, é possível verificar que os discentes do curso de Agropecuária do Polo de Alfenas se beneficiarão de uma infraestrutura que conta com Unidades Educativas de Produção (UEP) entre outras, onde será possível a vivência prática profissional, quando o aluno terá oportunidades de atuação em situações reais de trabalho.

14 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A concepção da prática avaliativa será sustentada por uma premissa básica e fundamental, a postura de questionamento do processo “ensino e aprendizagem”.

Avaliação como reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente desse processo sobre a realidade e acompanhamento passo a passo do professor na trajetória da construção do conhecimento. Um processo interativo através do qual aluno e professor aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade no ato próprio da avaliação. A avaliação deverá estar comprometida com a renovação da prática educativa, com a transformação e com o crescimento. Portanto, a ação avaliativa como instrumento de crescimento e de transformação deverá assumir uma postura pedagógica que respeite:

- saber espontâneo elaborado pelo aluno, relacionado com o seu universo de experiências, “partindo de ações desencadeadoras de reflexão sobre tal saber, desafiando-o a evoluir, encontrar novas e diferentes soluções às questões sucessivas apresentadas pelo professor;
- as diferenças individuais dos alunos manifestadas nas atividades desempenhadas lembrando “a aprendizagem como sucessão de aquisições constantes e dependentes da oportunidade que o meio oferece”.

A avaliação da aprendizagem, portanto, será constante, contínua e cumulativa, tendo como objetivo a verificação das competências e habilidades intelectuais próprias desenvolvidas no trabalho com os conteúdos curriculares, bem como as atitudes decorrentes das mudanças do comportamento esperadas.

Na avaliação do aproveitamento há de se preponderar os aspectos qualitativos (competências e habilidades intelectuais) sobre os quantitativos (informações memorizadas) e do resultado ao longo do período sobre o de eventuais avaliações finais.

Cabe ao professor a elaboração, aplicação e julgamento das atividades de avaliação, observados os critérios de conhecimento, competências e habilidades requeridas no âmbito do processo educativo.

Os processos de avaliação se orientarão considerando a experiência escolar e o que se faz, vive e observa no dia a dia, o raciocínio abstrato, a aplicação do conhecimento adquirido, a capacidade de compreensão de novas situações concretas que são bases para a solução de problemas. A avaliação deve também ser um instrumento de reflexão e aprendizagem para o docente, pois diante dos resultados é possível estabelecer novas estratégias de planejamento.

O registro do rendimento acadêmico dos estudantes deverá compreender a apuração das atividades a distância e/ou presenciais em todas as disciplinas, devendo o professor registrar em instrumento próprio de acompanhamento, os conteúdos desenvolvidos nas aulas, os instrumentos utilizados e os resultados de suas avaliações, considerando que:

- A avaliação da aprendizagem não terá como foco somente o resultado final. Deverão ser contínuas e diversificadas, obtidas com a utilização de vários instrumentos: exercícios, provas, trabalhos, fichas de observação, relatórios, autoavaliação e outros. As ferramentas avaliativas adotadas pelo professor deverão ser explicitadas aos estudantes, inclusive com a porcentagem dos pontos destinados a cada atividade, no início de cada disciplina, observadas as normas estabelecidas neste documento.
- Todo instrumento ou processo de avaliação deverá ter seus resultados explicitados aos estudantes.
- Sobre os resultados das avaliações caberá pedido de revisão, devidamente fundamentado, desde que requerido em 48 (quarenta e oito) horas úteis após a divulgação do resultado.
- Ao final de cada período será registrada nos instrumentos próprios uma única nota.

Os critérios de avaliação serão propostos pelo professor no início das atividades da disciplina.

Dentre os diversos instrumentos e formas de avaliação da aprendizagem, estão as aulas a distância em ambiente virtual de aprendizagem, caso seja ofertado na modalidade à distância, seminários, atividades práticas e avaliações diversas.

Ressalta-se, finalmente, que os estudantes com necessidades educacionais especiais têm seu direito garantido a critérios de avaliação específicos.

14.1 Critérios de Avaliação

A avaliação da aprendizagem deve ser diagnóstica, inclusiva e formativa para acompanhar o desempenho do aluno em relação ao perfil profissional de conclusão desejado, como também o desenvolvimento das competências estabelecidas para a habilitação;

Na avaliação do rendimento escolar serão utilizados instrumentos diversos como provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas

entre outros, dependendo do contexto em que se realizar;

A escolha dos instrumentos de avaliação ficará a cargo do professor, respeitadas as especificações propostas pelo corpo docente e coordenada pelo Diretor de Ensino (DE). Para cada disciplina serão atribuídas duas notas no valor de 10 pontos. Em cada nota, o professor deverá oportunizar ao aluno no mínimo duas avaliações, não devendo uma avaliação ter o valor superior a 50% da nota total. Ao final do período letivo, caso o aluno não atinja o valor mínimo para a aprovação, será concedido um Exame Final no valor de 10 pontos.

O registro da expressão dos resultados dos alunos é de responsabilidade do professor, efetuado em instrumento próprio, analisados pela supervisão pedagógica e repassados à Seção de Registros Escolares.

14.2 Da Frequência

Em consonância com a LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e com os preceitos regulados na Resolução nº 073, de 17 de dezembro de 2015 e suas atualizações: Resolução 73/2020; Resolução 157/2022 e Resolução 309/2022, os cursos técnicos terão a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do ano letivo para aprovação.

O controle da frequência será de competência do docente, assegurando ao estudante comunicar formalmente a Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando ou outro setor definido pelo Campus, casos de faltas recorrentes do discente que possam comprometer o processo de aprendizagem do mesmo.

O aluno que não comparecer a uma atividade poderá apresentar justificativa na Coordenadoria Geral de Assistência ao Estudante-CGAE, num prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a avaliação. Só serão aceitos pedidos de justificativa de faltas por motivo de saúde, falecimento de parentes de primeiro grau ou cônjuge, alistamento militar, por solicitação judicial ou por outro motivo previsto em lei e terá direito a segunda chamada, desde que justificada pela apresentação dos seguintes documentos:

- I. Atestado médico comprovando moléstia que o impossibilita de participar das atividades na primeira chamada;
- II. Certidão de óbito de parente de primeiro grau ou cônjuge;

- III. Declaração de comparecimento ao alistamento militar pelo órgão competente;
- IV. Solicitação judicial;
- V. Declaração de participação em evento acadêmico, científico e cultural sem apresentação de trabalho;
- VI. Outros documentos que apresentem o amparo legal.

Por conseguinte, o não comparecimento do discente à avaliação a que teve direito pela sua falta justificada implicará definitivamente no registro de nota zero para tal avaliação na disciplina. Para o abono de faltas o discente deverá obedecer aos procedimentos a serem seguidos conforme o Decreto-Lei nº 715, de 30 de julho de 1969, Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 e Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.

Todavia, o discente que representar a instituição em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho, eventos esportivos, culturais, artísticos e órgãos colegiados terá suas faltas abonadas, com direito às avaliações que ocorrerem no período de ausência na disciplina, mediante documentação comprobatória até 2 (dois) dias após seu retorno à instituição apresentada ao coordenador de curso.

Havendo falta coletiva de discentes em atividades de ensino, será considerada a falta para a quantificação da frequência e o conteúdo não será registrado. Mesmo que haja um número reduzido de estudantes, ou apenas um, em sala de aula, o docente deve ministrar o conteúdo previsto para o dia de aula, lançando presença aos participantes da aula.

14.3 Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

A Verificação do Rendimento Escolar e Aprovação são institucionalmente reguladas pelas Normas Acadêmicas dos cursos técnicos do IFSULDEMINAS de acordo com a Resolução nº 073, de 17 de dezembro de 2015 e suas atualizações: Resolução 73/2020; Resolução 157/2022 e Resolução 309/2022. Essa norma também prevê que o docente seja responsável pelo registro do rendimento acadêmico dos discentes e pela apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

O registro do rendimento acadêmico dos discentes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares. O docente deverá registrar diariamente o conteúdo desenvolvido nas aulas e a frequência dos discentes através do diário de classe ou qualquer outro instrumento de registro adotado.

As avaliações poderão ser diversificadas e obtidas com a utilização de instrumentos tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, autoavaliação e outros.

Os cursos da educação profissional técnica de nível médio subsequente adotarão o sistema de avaliação de rendimento escolar de acordo com os seguintes critérios:

- I. Serão realizados em conformidade com os planos de ensino, contemplando os ementários, objetivos e conteúdos programáticos das disciplinas.
- II. O resultado do módulo/periódo será expresso em notas graduadas de zero (0,0) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, a fração decimal.
- III. As avaliações têm caráter qualitativo e quantitativo que são discriminadas no projeto pedagógico do curso.

Será atribuída nota zero (0,0) à avaliação do discente que deixar de comparecer às aulas, nas datas das avaliações sem a justificativa legal.

Nos planos de ensino deverão estar programadas, no mínimo, uma avaliação bimestral, sendo que cada avaliação não deverá ultrapassar a 50% do valor total do semestre.

O docente deverá realizar a revisão das avaliações em sala de aula em até 14 dias após a data de aplicação. Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente deverão ser explicitados aos discentes no início do período letivo, observadas as normas estabelecidas neste documento. Para que haja alteração do critério por parte do docente, será necessário parecer positivo do colegiado de curso com apoio da supervisão pedagógica.

Após a publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de prova, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar o pedido através de formulário disponível na Secretaria de Registros Acadêmicos - SRA. Continuando sobre o registro, o docente deverá registrar as notas de todas as avaliações e ao longo do bimestre registrar os conteúdos, as médias e frequência para cada disciplina.

Destaca-se que os docentes deverão entregar o Diário de Classe corretamente preenchido com conteúdo, notas, faltas e horas/aulas ministradas na Supervisão Pedagógica ou setor definido pelo Campus dentro do prazo previsto no Calendário Escolar. Para os casos nos quais são usados sistemas informatizados, a conclusão do preenchimento deverá seguir também o Calendário Escolar.

Por fim, para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, serão aplicados os seguintes critérios (mostrados no quadro 5):

- O discente será considerado APROVADO quando obtiver nota nas disciplinas (MD) igual ou superior a 60% (sessenta por cento) e frequência (FD) igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no total da carga horária da disciplina.
- O discente que alcançar nota inferior a 60% (sessenta por cento) na disciplina terá direito à recuperação. O cálculo da média da disciplina recuperação (MDR) será a partir da média aritmética da média da disciplina (MD) mais a avaliação de recuperação. Se a média após a recuperação (MDR) for menor que a nota da disciplina antes da recuperação, será mantida a maior nota.
- Terá direito ao exame final, ao término do semestre, o discente que obtiver média da disciplina igual ou superior a 30,0% (trinta por cento) e inferior a 60,0% (sessenta por cento) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina.
- Estará REPROVADO na disciplina o discente que obtiver nota inferior a 60,0% (sessenta por cento) ou frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

Quadro 5- Critérios de aprovação/reprovação

CONDIÇÃO	SITUAÇÃO FINAL
$MD \geq 60,0\% \text{ e } FT \geq 75\%$	Aprovado
$MD \text{ SEMESTRAL} < 60,0\%$	Recuperação Semestral
$30,0\% \leq MD \text{ ANUAL} < 60,0\% \text{ e } FT \geq 75\%$	Exame Final
$MD \text{ ANUAL} < 30,0\% \text{ ou } NF < 60,0\% \text{ ou } FT < 75\%$	Reprovado

MD: média da disciplina;

FT: frequência total das disciplinas;

NF : nota final.

Sublinha-se que em cumprimento à Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), serão providos os meios necessários à avaliação e verificação de aproveitamento dos educandos portadores de necessidades especiais. Sendo, todavia, adotado os mesmos critérios, porém desenvolvidos instrumentos avaliativos diferenciados, segundo a deficiência do educando.

Para tanto, será necessário o pedido pela pessoa portadora de deficiência ou responsável na secretaria acadêmica, instruído dos laudos médicos e outros documentos necessários para comprovação do direito ao tratamento especial.

14.4 Do Conselho de Classe

O Conselho de Classe Pedagógico ocorrerá conforme a Resolução 073, de 17 de dezembro de 2015. Este é de caráter consultivo e diagnóstico deverá ser previsto em calendário acadêmico com a presença de todos os docentes e coordenador de curso, bem como representantes discentes, supervisão pedagógica, representante da equipe multidisciplinar e coordenador geral de ensino ou representante indicado que discutam evolução, aprendizagem, postura de cada discente e façam as deliberações e intervenções necessárias quanto à melhoria do processo educativo.

O Conselho de Classe Pedagógico será presidido pelo Coordenador de Curso e deverá se reunir uma vez, após decorrido no mínimo 50% do semestre letivo.

O Conselho de Classe Final é deliberativo é constituído por todos os docentes da turma, coordenador do curso, representantes da equipe multidisciplinar (pedagogo, psicólogo, assistente de aluno, assistente social) e Coordenador Geral de Ensino/Coordenador de Ensino ou representante indicado que deliberará sobre a situação do discente que não obteve aprovação em até 2 (duas) disciplinas/eixos temáticos ou equivalente conforme Projeto Pedagógico de Curso, possibilitando ou não a sua promoção. Deverá ser feito ato que sendo assinada por todos será enviada para a SRE/SRA.

Somente os docentes terão direito ao voto para a promoção do discente. Em caso de empate, o Coordenador do Curso terá o voto de Minerva.

14.5 Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular

Conforme Resolução CONSUP nº 102, de 16 de dezembro de 2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS:

14.5.1 Terminalidade Específica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB prevê uma certificação de escolaridade chamada terminalidade específica para os estudantes que, em virtude de suas deficiências, não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental.

O Conselho Nacional de Educação, mediante o Parecer CNE/CEB nº 02, de 31 de janeiro de 2013, autoriza a adoção da terminalidade específica na educação profissional para estudantes dos cursos técnicos de nível médio desenvolvidos nas formas articulada, integrada, concomitante, bem como subsequente ao Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica

[...] é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descriptiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla.

A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos alunos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, através dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o Parecer nº 014, de 23 de fevereiro de 2009 MEC/SEESP/DPEE,

O direito de alunos obterem histórico escolar descriptivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009).

Dessa forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que

possibilitem aos estudantes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo aí a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

Ainda, a mesma legislação (Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desse procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, estas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício destas funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

Os procedimentos referentes à certificação por terminalidade específica para estudantes de cursos técnicos e de graduação seguirão as disposições da Resolução CONSUP nº 036 do IFSULDEMINAS, de 30 de setembro de 2020.

14.5.2 Flexibilização curricular

Em consonância com a Resolução CONSUP nº 102, de 16 de dezembro de 2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS, as adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

1. Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos

postos para o grupo.

2. Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser ou a priorização de áreas ou unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

3. Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

- Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.
- Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e o seus conteúdos.

Ressalta-se que, além das possibilidades supracitadas, visando atender e oportunizar paridades de condições aos alunos que demandem necessidades especiais, serão adotadas flexibilizações que o profissional de cada área julgar mais adequado. Para o atendimento especial, em conformidade com Resolução CONSUP nº 68, de 15 de dezembro de 2020 - Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do IFSULDEMINAS, Lei de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012) e PDI 2024 - 2028, desde que requerida é apresentada a documentação descrita nos referidos regulamentos, necessariamente o professor fará a flexibilização de objetivos e método.

Para o Polo de Alfenas será realizado um levantamento após as matrículas e havendo a necessidade de apoio especial será contratado pela Prefeitura um profissional para auxiliar o aluno no curso, com o devido apoio do NAPNE.

14.6 Formas de Recuperação da Aprendizagem

O discente terá direito a recuperação da aprendizagem em duas formas, conforme previsto no Art. 28 da Resolução CONSUP nº 073, de 15 de dezembro de 2020, Recuperação paralela ou Recuperação do módulo/periódico, a saber:

I - Recuperação paralela – realizada ao longo do semestre letivo durante o horário de atendimento aos discentes e outros programas institucionais com o mesmo objetivo.

Caso o docente verificar qualquer situação que esteja prejudicando a aprendizagem do discente deverá comunicá-lo oficialmente sobre a necessidade de sua participação nos horários de atendimento ao discente e aos demais programas institucionais com o mesmo objetivo.

A comunicação oficial também deverá ser realizada à Coordenadoria Geral de Ensino (CGE)/Coordenadoria de Ensino e à Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando (CGAE)/Setor de Assistência ao Educando ou equivalentes.

O docente deverá registrar a presença do discente comunicado oficialmente para participar do horário de atendimento.

II - Recuperação do módulo/periódico – recuperação avaliativa de teor qualitativo e quantitativo aplicada ao final do semestre quando o discente alcançar média da disciplina menor que 60%.

14.7 Exame Final

A oferta do exame final será conforme Resolução nº 073, de 17 de dezembro de 2015. O exame final ocorrerá ao final de cada período do curso e poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina.

Terá direito ao exame final o discente que obtiver média da disciplina igual ou superior a 30,0% (trinta por cento) e inferior a 60,0% (sessenta por cento) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina.

O exame final é facultativo para o aluno, sendo que:

- I. Na ausência do aluno no exame final, será mantida a média semestral da disciplina.
- II. Não há limite do número de disciplinas para o discente participar do exame final.

III. O discente terá direito a revisão de nota do exame final, desde que requerida por escrito na Secretaria de Registros Escolares num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota.

O cálculo do resultado final da disciplina (RFD), após o exame final correspondente ao período, será a partir da média ponderada da média da disciplina após a recuperação, peso 1, mais a nota do exame final, peso 2, esta somatória dividida por 3.

14.8 Dependência Orientada

Conforme a Resolução nº 073, de 15 de dezembro de 2020, será admitida dependência orientada para alunos reprovados, em até duas disciplinas, por nota e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), após análise do Colegiado do Curso. Entende-se por dependência orientada a prática pedagógica acompanhada pelo docente. No início do período letivo, o docente apresentará ao Coordenador de Curso um Plano de Trabalho.

Esse regime será desenvolvido de forma paralela ao período letivo seguinte, mediante plano de estudos individualizado, com acompanhamento docente e da equipe pedagógica.

O programa de dependência orientada poderá ser realizado por meio de metodologias presenciais e a distância, sendo permitido o desenvolvimento de atividades em horários alternativos, sem vínculo obrigatório com frequência mínima, desde que haja avaliação formativa e somativa da aprendizagem.

15 APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente é fornecido por meio da Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando – CGAE, que é responsável por acompanhar os benefícios e serviços ofertados aos alunos e oferecendo orientação educacional e disciplinar, se tornando um elo entre o aluno/família e departamento pedagógico, seguindo a Resolução 012, de 29 de abril de 2013, que regulamenta o Programa de Monitoria de Ensino do IFSULDEMINAS.

Ademais, o apoio ao discente do curso, dar-se-á em diferentes contextos, a saber: acessibilidade arquitetônica, atitudinal, pedagógica, nas comunicações e nos meios

digitais. O apoio ao discente contemplará os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico; de acessibilidade; e de atividades de recuperação.

Dessa forma, o aluno terá acompanhamento psicossocial e pedagógico coletivo ou individual, suporte para o seu desenvolvimento durante o curso, estímulo à permanência e contenção da evasão, apoio online com sistema de plantão de dúvidas, monitoramento, apoio na organização do estudo etc.

Propõe-se a construção de planilha de acompanhamento do aluno evadido que irá conter os dados dos estudantes evadidos, quais os motivos da evasão e quais as medidas adotadas para evitar a evasão, as dificuldades ocorridas durante o curso e os tipos de ações que foram desenvolvidas com os estudantes quanto ao seu desenvolvimento da aprendizagem.

Dentre outras ações, será realizado o acompanhamento permanente ao aluno, com dados de sua realidade, registros de participação nas atividades e rendimento.

Sobre a acessibilidade digital, o professor, além de ser um facilitador do processo de aprendizagem, é incentivado a desempenhar a função de coordenador das atividades técnicas e pedagógicas envolvidas neste processo. Para isto torna-se necessária a avaliação constante das metodologias didáticas por meio de diversas ferramentas que incluem: observações das atividades, participações dos discentes nas provas, trabalhos e tarefas relacionadas a cada disciplina. Para estes afazeres, em termos tecnológicos, os professores e estudantes têm disponível, entre outros recursos, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), denominado Moodle, um software livre que permite a criação de ambientes virtuais para as disciplinas, a inserção dos discentes em grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem. Esta ferramenta permite também tornar disponíveis os materiais didáticos utilizados em cada conteúdo bem como a indicação de materiais complementares.

Para comunicação constante entre docentes, discentes e coordenação podem ser utilizados, além dos recursos supracitados, as listas e grupos de e-mails e as redes sociais com participação efetiva de toda a comunidade acadêmica.

Para registrar todas as informações relativas aos tópicos do currículo que estão sendo abordados pelas disciplinas, as atividades que são desenvolvidas com os discentes, as avaliações e demais peculiaridades do processo de ensino e aprendizagem, o Campus Machado possui um sistema acadêmico informatizado que permite acesso identificado

através da Internet ao diário eletrônico. Este sistema permite o lançamento dos dados e a análise dos resultados obtidos através de diferentes formas de avaliação.

15.1 Política de atendimento a portadores de necessidades especiais

Desde 2005, o NAPNE (Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Especiais) é responsável pela garantia de acesso e permanência dos estudantes com necessidades especiais no espaço educacional do IFSULDEMINAS – Campus Machado.

Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. A equipe do NAPNE é composta por quatro representantes do corpo técnico administrativo do Campus, três docentes, dois alunos e um representante da família.

O NAPNE tem como objetivo incluir todos os estudantes e servidores que possuem qualquer tipo de barreira motora, intelectual ou social. Casos de gravidez; estudantes acidentados; deficientes físicos; alunos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual; são alguns exemplos de situações assistidas. Em situações em que for detectada a necessidade de atendimento educacional especializado, o Coordenador do Curso fará um memorando de encaminhamento ao NAPNE.

15.2 Atendimento a Pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

Em consonância com a legislação vigente sobre Educação Especial, os princípios que norteiam este regimento, para promoção de uma sociedade inclusiva, são:

- I. Universalidade da Educação Inclusiva no âmbito do IFSULDEMINAS, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.
- II. Cultura da educação para a convivência e respeito à diversidade, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.
- III. Inclusão da pessoa com necessidade especial, visando sua formação para o exercício da cidadania, sua qualificação e inserção no mundo do trabalho.

Para implementar tais ações o IFSULDEMINAS instituiu o Núcleo de Apoio às

Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE. Compete ao NAPNE, desde o momento da inscrição aos processos seletivos, quando o candidato manifesta ser portador de alguma necessidade especial, desenvolver ações de implantação e implementação do Programa TECNEP (Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) e as políticas de inclusão, conforme as demandas existentes em cada campus e região de abrangência.

Caso seja identificado algum caso em que seja indicado o PEI – Plano Educacional Individual, o mesmo será elaborado pelo Núcleo de Acessibilidade, aqui entendido como aquele composto por profissionais, não necessariamente que compõem o NAPNE, que auxiliarão diretamente os discentes com necessidades especiais.

16 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas e implantadas no processo de ensino-aprendizagem no curso Técnico em Agropecuária Subsequente permitem o desenvolvimento das atividades do projeto pedagógico garantindo a acessibilidade às informações e a diversidade de formas de apresentação e armazenamento. São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem devem permitir a execução do projeto pedagógico do curso e a garantia da acessibilidade e do domínio das TICs.

Neste sentido, poder-se-á utilizar deste arsenal de possibilidades metodológicas visando o desenvolvimento do educando. Dessa forma, além da utilização de plataformas digitais e novas interfaces de comunicação. O presente projeto estimulará, segundo as especificidades de cada área, a utilização das TICs no processo de ensino aprendizagem.

Tendo em vista a realidade, multiplicidade e diversidade dos educandos a implementação destes recursos será progressiva ou gradual. Iniciar-se-á com a utilização de ferramentas apresentadas em *softwares* livres e órgãos públicos (IBGE, MEC etc.). Por

conseguinte, estimular-se-á o aprimoramento de ferramentas visando a concretização ou resolução de situações vivenciadas pelo educando em seu cotidiano.

A Internet será usada como recurso para a identificação, avaliação e integração de uma grande variedade de informações, sendo como um meio para colaboração, conversação, discussões, troca e comunicação de ideias, como uma plataforma para a expressão e contribuição de conceitos e significados.

As plataformas também serão utilizadas no desenvolvimento de simuladores a fim de facilitar o entendimento das configurações e manuseio de equipamento e/ou instrumentos.

Para melhor assimilar o conteúdo serão programadas atividades práticas onde o aluno terá contato direto com instrumentos, manusear equipamentos e utilizá-los para a realização de atividades diversas.

17 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

O material didático a ser utilizado para o desenvolvimento de cada um dos conteúdos propostos buscará estimular o estudo e produção individual de cada aluno, não só na realização das atividades propostas, mas também na experimentação de práticas centradas na compreensão e experimentações.

O material didático constitui-se como dinamizadores da construção curricular e também como um elemento balizador metodológico do curso. Serão utilizados materiais já elaborados por outras instituições para oferta de cursos e disciplinas equivalentes e outros materiais complementares ficarão a cargo dos professores responsáveis pelas disciplinas.

No curso Técnico em Agropecuária Subsequente, múltiplos meios (mídias) serão usados para alcançar os objetivos educacionais propostos na justificativa do curso. Cada mídia tem sua especificidade e pode contribuir para atingir determinados níveis de aprendizagem com maior grau de facilidade para atender à diversidade e heterogeneidade do público-alvo.

18 APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de estudos pelo IFSULDEMINAS - Campus Machado ocorrerá segundo legislação vigente, Resolução CNE/CP nº 01, de 05 de janeiro de 2021, artigo 46: “a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica, que tenham sido desenvolvidos:

- I. no ensino médio;
- II. em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em outros cursos;
- III. em cursos de educação profissional de nível básico, mediante avaliação do aluno;
- IV. no trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno e reconhecidos em processos formais de certificação profissional.”

Deverá ser observado também, no âmbito do IFSULDEMINAS, o que consta no artigo 50 da Resolução do CONSUP nº 073, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores.

19 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

19.1 Funcionamento do Colegiado de Curso ou equivalente

Colegiado de Cursos Técnicos é um órgão vinculado ao Departamento de Desenvolvimento Educacional/Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Possui função normativa, executiva e consultiva, dentro do princípio pedagógico da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; com composição, competências e funcionamento definidos nestas normas acadêmicas.

O colegiado é composto por: Coordenador de curso; dois representantes titulares técnico-administrativos em Educação, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes; dois

representantes docentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes e dois representantes discentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes.

As reuniões ordinárias do Colegiado de Cursos, serão 01 (uma) por semestre, de acordo com as datas estabelecidas em calendário, anualmente aprovado; e as reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, com indicação de motivo, ou requerimento dos integrantes do colegiado. O registro das reuniões é feito em ata e é dado o encaminhamento das decisões.

O ideal é que o funcionamento do Colegiado previsto/implantado/regulamentado/institucionalizado, considere em uma análise sistêmica e global, os aspectos periodicidade das reuniões, representatividade dos segmentos e registros e encaminhamento das decisões.

19.2 Coordenador de curso

O Coordenador do Curso será um professor pertencente ao quadro efetivo do Campus Machado, salvo legislação específica do MEC na ocasião da implementação de programas, obedecendo aos critérios definidos pelo Art. 6º do Regimento Interno do Colegiado de Cursos Técnicos do IFSULDEMINAS aprovado pelo Conselho Superior em 30 de abril de 2014 (Resolução 033/2014).

Na falta de um servidor pertencente ao quadro permanente do Campus, o Diretor Geral indicará um Coordenador de Curso, respeitando os seguintes critérios:

- I. Coordenador deverá ser professor engajado em área específica do curso proposto;
- II. Coordenador poderá ser professor engajado em áreas afins à temática do curso proposto;
- III. Ausentes os profissionais listados nos incisos I e II, a indicação terá livre escolha do Diretor Geral do Campus, incluindo à contratação de profissionais externos ao quadro dos servidores efetivos nos casos de ofertas extraordinárias de cursos, desde que aprovadas pelo Conselho Superior do IFSULDEMINAS.

Compete ao Coordenador de Curso:

- I. Encaminhar aos professores as normas e diretrizes do Colegiado de Curso a serem obedecidas com respeito à coordenação didática do Curso.
- II. Acompanhar a execução do currículo, avaliando, controlando e verificando as

relações entre as diversas disciplinas, orientando e propondo a outros órgãos de Coordenação de ensino, as medidas cabíveis.

- III. Orientar os estudantes quanto a seus direitos e deveres acadêmicos.
- IV. Participar junto à Coordenação Geral de Ensino ou chefe imediato nos processos de elaboração da programação acadêmica, do calendário acadêmico e do horário das aulas; compatibilizando-os com a lista de oferta de disciplinas.
- V. Assessorar os órgãos competentes em assuntos de administração acadêmica, referente ao curso.
- VI. Acompanhar a matrícula dos estudantes de seu curso, em colaboração com o órgão responsável pela matrícula.
- VII. Assessorar a Coordenação Geral de Ensino ou chefe imediato no processo de transferências, dispensa de disciplinas, elaboração e revisão de programas analíticos, alterações na matriz curricular, presidir o Colegiado de Curso, dentre outras.
- VIII. Assessorar os professores, na execução das diretrizes e normas emitidas pelo Colegiado de Curso.
- IX. Coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, bem como sua atualização, garantindo o envolvimento dos professores, estudantes, egressos do curso e, ainda, das entidades ligadas às atividades profissionais.
- X. Apresentar sugestões à Coordenação Geral de Ensino ou chefe imediato sobre assuntos de sua natureza com finalidade a melhoria do ensino, das relações entre comunidades envolvidas, do aprimoramento das normas pertinentes e outras de interesse comum.

19.3 Corpo Docente

Os professores que atuarão no curso Agropecuária Polo Alfenas serão selecionados por meio de edital específico. A contratação e a remuneração dos docentes por meio de bolsa ocorrerão de forma tripartite, envolvendo o Instituto Federal do Sul de Minas, a Prefeitura Municipal de Alfenas, MG e a fundação de apoio FADEMA.

19.4 Corpo Administrativo

Quanto ao apoio técnico-administrativo de recursos humanos, o curso Técnico em Agropecuária Subsequente, assim como os outros cursos do Campus Machado, contam com o serviço de profissionais de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria aos coordenadores de curso e professores, no que diz respeito às políticas educacionais da instituição e acompanhamento didático pedagógico do processo de ensino-aprendizagem. Todo apoio é fornecido por profissionais das áreas de Assistência aos estudantes, Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Enfermaria, Auxiliares e demais níveis da carreira técnico-administrativa e direção dos setores

Quadro 6 - Corpo Administrativo

Servidor	Cargo / Função / Setor
Tales Machado Lacerda	Coordenador Geral de Infraestrutura e Serviços
Marcelo de Moura Pimentel	Coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação
Sérgio Luiz Santana de Almeida	Assistência ao Educando
Aydison Neves Rezende	Técnico em Agropecuária
Ivan Carlos Macedo	Técnico em Agropecuária
Jonathan Ribeiro de Araújo	Técnico em Agropecuária
Jaime Afonso Maciel	Auxiliar em Agropecuária / Almoxarifado
Gleydson Pereira Vidigal	Agroindústria
Juliana Moraes Ferreira Froes	Assistente de Alunos
Samuel Ricardo da Silva	Assistente de Alunos
Ana Cristina Ferreira Guimarães	Assistente em Administração
Antônio Nicodemos Pereira	Assistente em Administração

Andressa Magalhães D'Andrea Maria de Lourdes Codignole	Bibliotecária
Cristiane Santos Freire Barbosa	Coordenadora Geral de Administração e Finanças
Elber Antônio Leite	Coordenador de Apoio à Infraestrutura pedagógica/ informática
Fellipe Joan Dantas Gomes	Coordenador de Transportes
Davi Ferri de Carvalho Dias	Técnico em Assuntos Educacionais
Maria do Socorro Coelho Martinho	Nutricionista
Lidia Caroline Avelino João Paulo Telini Domingues	Secretaria Registros Acadêmicos Cursos Técnicos
Érika Pereira Vilela	Jornalista

20 INFRAESTRUTURA

As aulas presenciais do Curso Técnico em Agropecuária serão realizadas em prédio a ser cedido pela Prefeitura Municipal de Alfenas, descrito no item 20.4.

O curso também aproveitará a infraestrutura do IFSULDEMINAS - Campus Machado, que possui ampla área com construções distribuídas em diversas salas de aula, laboratórios de diferentes áreas (física, química, biologia, alimentos, informática), salas com equipamentos audiovisuais, biblioteca, ginásio poliesportivo, quadras esportivas, campo de futebol, alojamento (para discentes internos e semi-internos), refeitório, cantina, oficina mecânica, carpintaria, unidade de torrefação e beneficiamento do café, cafeteria, usina de biodiesel, agroindústria, laticínio, setor de transportes, prédio administrativo, almoxarifado, enfermaria, Cooperativa de alunos e demais setores que permitem o efetivo funcionamento do Campus.

O deslocamento dos discentes ao campus Machado será realizado a critério da Prefeitura Municipal de Alfenas.

20.1 Específica do curso

Quadro 7 - Infraestrutura específica do curso

Identificação	Quantidade
Unidades educativas de produção (UEP's): Agricultura I: olericultura; Agricultura II: Culturas anuais; Agricultura III: Cafeicultura, Fruticultura; Zootecnia I: Avicultura, Apicultura; Zootecnia II: Suinocultura, Piscicultura, Caprino/Ovinocultura; Zootecnia III: Bovinocultura, Equinocultura; Agroindústria: Carnes, Laticínios e Torrefação.	12
Setor de Mecanização Agrícola	01
Viveiro de Produção de Mudas	02
Núcleo de Pós-Colheita de Café	01
Laboratório de Café e Análise Sensorial	01
Cafeteria Escola	01
Núcleo de Alimentos	01
Laboratório de Microbiologia de Alimentos	01
Laboratório de Análise Física e Química (Bromatologia)	01
Laboratório de Análise Sensorial de Alimentos	01
Cozinha Experimental	01
Laboratório de Biotecnologia	01
Laboratório de Análise de Solos	01
Laboratório de Grandes Culturas	01
Usina de Biodiesel	01
Suporte aos setores de produção agropecuária	14
Sistema de irrigação	01
Fábrica de ração	01
Abatedouro	01

20.2 Apoio ao pleno funcionamento do curso

Quadro 8 - Infraestrutura de apoio

Caracterização	Número	Área total (m ²)
Prédio Pedagógico	02	381,71
Prédio Pedagógico com Salas Professores/Coordenação	01	415,00
Salas de Aula	38	2.988,20
Auditório	01	250,00
Ginásio Poliesportivo	01	1291,84
Centro de Treinamento – CIMMA	01	436,00
Lab. de informática	05	581,57
Secretaria escolar	01	280,00
Biblioteca	01	820,00
Alojamentos	14	3.980,00
Esporte, Lazer e Atividades Socioculturais	06	13.054,00
Refeitório	01	617,00
Apoio a Saúde e Higiene	01	244,40
Fundação de Apoio e CIEC	01	265,00
Outros	--	983,66
Planejamento e Gestão	12	2.292,74

20.3 Biblioteca

A título de histórico, vale contar que a partir da transformação da Escola Agrotécnica Federal de Machado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

do Sul de Minas Gerais – Campus Machado e sua expansão, surge a necessidade de ampliação da biblioteca, então denominada Biblioteca Rui Barbosa.

Após 1 (um) ano de construção do prédio próprio, em 18 de maio de 2009 é inaugurada a nova biblioteca do instituto, que em homenagem ao ex-diretor recebe o nome de Biblioteca “Rêmulo Paulino da Costa”.

Assim, a Biblioteca Rêmulo Paulino da Costa, na sua função de centro de disseminação seletiva da informação, lazer e incentivo à leitura, proporciona à comunidade escolar um espaço dinâmico de convivência, auxiliando nas pesquisas e trabalhos acadêmicos.

A Biblioteca Rêmulo Paulino da Costa, pela atual estrutura administrativa do IF Sul de Minas – Campus Machado, está subordinada à Coordenadoria Geral de Ensino. O Acervo da Biblioteca é constituído por livros, periódicos e materiais audiovisuais, disponível para empréstimo domiciliar e consulta interna para usuários cadastrados. O acervo está classificado pela CDD (Classificação decimal de Dewey) e AACR2 (Código de Catalogação Anglo Americano). A biblioteca é informatizada através do software Pergamum e oferece possibilidade de consultas on-line ao acervo, bem como verificar a disponibilidade do material para empréstimo e/ou consulta local, e efetuar reservas e renovação dos livros.

Assim, os alunos do curso técnico contam com amplo acervo bibliográfico, além das bases digitais, contribuindo decisivamente para a formação de excelência do aluno.

20.4 Local de realização do curso

A Escola Municipal Antônio Joaquim Vieira (Polivalente) está localizada na Praça Melvin Jones, 64, no centro de Alfenas – MG. Fundada em 1972, a instituição atende atualmente cerca de 1.000 alunos do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Polivalente será o local de realização do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente, ofertado em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Machado (IFSULDEMINAS). Com uma infraestrutura adequada para o ensino técnico, a escola conta com salas de aula amplas, laboratório de informática equipado com acesso à internet, biblioteca, auditório, pátio coberto, quadra poliesportiva e refeitório, proporcionando um ambiente favorável para o aprendizado dos estudantes.

20.5 Gestão Orçamentária e Contratações

A execução das ações será viabilizada por meio de convênios celebrados com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico de Minas Gerais (FADEMA), entidade de apoio vinculada ao Instituto Federal do Sul de Minas. Por intermédio da FADEMA, será possível viabilizar a contratação de professores e equipe pedagógica, bem como a aquisição de insumos e recursos essenciais à implementação das atividades formativas, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes institucionais. A contratação ocorrerá de forma tripartite, envolvendo o Instituto Federal do Sul de Minas, a Prefeitura Municipal de Alfenas, MG e a FADEMA.

21 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a conclusão ou integralização de todas as disciplinas e componentes curriculares constantes na estrutura curricular com aprovação, o IFSULDEMINAS – Campus Machado expedirá o Certificado de Conclusão do Curso com o Título de Técnico em Agropecuária, mencionando o eixo tecnológico em que o mesmo se vincula

Os certificados e diplomas que exigirem terminalidade específica serão avaliados por decisão de uma equipe multidisciplinar após análise dos relatórios dos Plano de Ensino Individualizado (PEIs).

22 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Os períodos de matrícula, rematrícula e trancamento serão previstos em Calendário Acadêmico conforme Resolução do CONSUP nº 047, de 13 de novembro de 2012.
- Os discentes deverão ser comunicados de normas e procedimentos com antecedência mínima de 30 dias do prazo final da matrícula.
- O discente, mesmo por intermédio do representante legal, se menor de 18 anos, que não reativar sua matrícula no período estipulado, será considerado evadido.

23 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA O PROJETO

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica Secretaria de Educação Especial. MEC. SEESP. 2001. 79p

_____ **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.** Edição 2020 Disponível em:
<http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf>. Acesso em 15 set 2024

_____ **Decreto nº 5.154, de 23 julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.

_____ **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Define sobre a Disciplina de Libras.

_____ **Decreto nº 7.611. de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado

_____ **Decreto n. 8.268 de 18 de junho de 2014.** Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

_____ **Decreto-Lei nº 715 de 30 de julho de 1969.** Altera dispositivo da Lei nº 4.375, de 17 de Agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar),

_____ **Decreto-Lei nº 1.044 de 21 de outubro de 1969.** Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.

_____ **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.** Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências

_____ **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999** e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Definem sobre Políticas Nacionais de Educação Ambiental.

_____ **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____ **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

_____ **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008** - Lei Federal de Estágio, Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____ **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

_____ **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

_____ **Ministério da Educação.** Resolução CONSUP nº 102, de 16 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS.

_____ **Ministério da Educação.** Resolução CP nº 012, de 29 de abril de 2013, Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino.

_____ **Ministério da Educação.** Resolução CP nº 033, de 30 de abril de 2014. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Colegiado de Cursos Técnicos do IFSULDEMINAS.

_____ **Ministério da Educação.** Resolução nº 030, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do IFSULDEMINAS.

_____ **Parecer CNE/CEB nº 02, de 31 de janeiro de 2013.** Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

_____ **Parecer MEC/SEESP/DPEE nº014, de 23 de fevereiro de 2009.** Trata sobre terminalidade específica.

_____ **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.** IFSULDEMINAS, 2024-2028.

_____ **Resolução nº 08, de 21 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre a abolição de

designações genéricas, como “autos de resistência”, “resistência seguida de morte”, em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime.

_____ **Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

_____ **Resolução CNE/CEB n.º 06, de 20 de setembro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

_____ **Resolução CNE/CP n.º 01, de 05 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

_____ **Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 03/2004 de 10 de março de 2004.

_____ **Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____ **Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

_____ **Resolução CONSUP nº 047, de 13 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a aprovação das Normas de Calendário Acadêmico do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre: Conselho Superior, 2010.

_____ **Resolução CONSUP nº 036, de 30 de setembro de 2020.** Dispõe sobre a aprovação dos procedimentos referentes à Certificação por Terminalidade Específica para estudantes dos cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS.

_____ **Resolução CONSUP nº 068, de 15 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do IFSULDEMINAS

_____ **Resolução CONSUP nº 073, de 15 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução CONSUP nº 073/2015, de 17 de dezembro de 2015 que dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio em virtude da regulamentação do regime instucional de

dependência nos cursos técnicos subsequentes.

_____ **Resolução CONSUP nº 073, de 17 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes Presenciais da Educação Técnica Profissional de Nível Médio. Pouso Alegre: Conselho Superior, 2015.

_____ **Resolução CONSUP nº 157, de 02 de fevereiro de 2022.** Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Indutoras do IFSULDEMINAS para a oferta de cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia e dá outras providências.

Documento Digitalizado Público

PPC

Assunto: PPC

Assinado por: Fabiana Oliveira

Tipo do Documento: Projeto Pedagógico de Curso

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Fabiana Lucio de Oliveira, Diretora de Ensino - CD3 - MCH - MCH-DEN**, em 30/04/2025 14:08:11.

Este documento foi armazenado no SUAP em 30/04/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.if sulde minas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 670272

Código de Autenticação: 673e4a051f

